



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
**REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – RFEPT**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO IF BAIANO**  
**CAMPUS SANTA INÊS**  
**BR 420 (Rodovia Santa Inês – Ubaíra), Zona Rural, Bahia – CEP: 45320 000**  
**Tel.: (73) 3536 1210 – CNPJ: 10.724.903/0002-50 E-mail: [gabinete@si.ifbaiano.edu.br](mailto:gabinete@si.ifbaiano.edu.br)**

**ESTUDO DE DEMANDA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO SUPERIOR EM INFORMÁTICA NO  
IFBAIANO CAMPUS SANTA INÊS**

**SANTA INÊS – BA**  
**NOVEMBRO DE 2017**

Santa Inês – BA

2017

**Ministério da Educação**

**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**

**REITOR**

**Geovane Barbosa do Nascimento**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**Maurício de Almeida Pereira**

**DIRETOR GERAL DO CAMPUS SANTA INÊS**

**Nelson Vieira da Silva Filho**

**DIRETORA ACADÊMICA EM SANTA INÊS**

**Rosineide Braz Santos Fonseca**

**COORDENADORA DE ENSINO**

**Adriana Martins da Silva B. Conceição**

**COMISSÃO DESIGNADA PARA OS TRABALHOS (PORTARIA Nº 26, DE 31 DE MARÇO DE 2017)**

**Allan Delon Barbosa Araújo**

[allan.araujo@si.ifbaiano.edu.br](mailto:allan.araujo@si.ifbaiano.edu.br)

Matrícula SIAPE: 2495401

**Claudia Bocchese de Lima**

[claudia.lima@si.ifbaiano.edu.br](mailto:claudia.lima@si.ifbaiano.edu.br)

Matrícula SIAPE: 1053859

**Jadson Simões Rocha**

[jadson.rocha@si.ifbaiano.edu.br](mailto:jadson.rocha@si.ifbaiano.edu.br)

Matrícula SIAPE: 223402

**Márcio Pereira S. de Carvalho**

[marcio.carvalho@si.ifbaiano.edu.br](mailto:marcio.carvalho@si.ifbaiano.edu.br)

Matrícula SIAPE: 181581

**Silvia Pereira dos Santos**

[silvia.santos@si.ifbaiano.edu.br](mailto:silvia.santos@si.ifbaiano.edu.br)

Matrícula SIAPE: 1672813

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - IDEB nos três níveis educacionais do Estado da Bahia e Federação, para os anos de 2007 e 2015 .....	24
Tabela 2 - Cursos técnicos oferecidos pela rede estadual na região do vale do Jiquiriçá.....	37
Tabela 3 - Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional. ....	38
Tabela 4 - Cursos de Graduação no Vale do Jiquiriçá.....	39
Tabela 5 – Relação de Cursos mais indicados x Vetores de Desenvolvimento .....	41

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do IF Baiano Campus Santa Inês – Ba.....	9
Figura 2 - População.....	11
Figura 3 - Dados Salariais e de Rendimentos do Município .....	12
Figura 4 - Taxa de escolarização da cidade .....	13
Figura 5 - Taxa de matrículas da cidade .....	13
Figura 6 - Dados econômicos da cidade .....	14
Figura 7 - Dados relacionadas ao setor de saúde do município .....	15
Figura 8 - Esgotamento sanitário adequado.....	16
Figura 9 - Mapa Territorial do Vale do Jiquiriçá .....	17
Figura 10 - Mapa de localização dos municípios .....	18
Figura 11 - Área do município em km <sup>2</sup> .....	19
Figura 12 - População do ano de 2010 .....	19
Figura 13 - Densidade demográfica base do ano de 2010 .....	20
Figura 14 - PIB dos municípios estudados do ano de 2014.....	20
Figura 15 - PIB per capita em Reais, dos municípios estudados do ano de 2014.....	21
Figura 16 - Índice de GINI dos municípios estudados do ano de 2003 .....	22
Figura 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios estudados do ano de 2010 .....	22
Figura 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da (4 <sup>a</sup> Série/5 <sup>º</sup> Ano), dos anos de 2005 e 2015.....	23
Figura 19 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da (8 <sup>a</sup> Série/9 <sup>º</sup> Ano) dos anos de 2005 e 2015.....	23
Figura 20 - Agronegócios nos municípios do Vale do Jiquiriçá.....	26
Figura 21 - Rotas Turísticas da Bacia do Vale do Jiquiriçá.....	28
Figura 22 - Faixa etária dos estudantes entrevistados .....	31
Figura 23 - Empregabilidade dos estudantes entrevistados .....	32
Figura 24 - Cursos profissionais indicados pelos estudantes entrevistados .....	33
Figura 25 - Cursos de Graduação Indicados pelos estudantes entrevistados.....	34
Figura 26 - Universidades indicadas pelos estudantes entrevistados .....	34
Figura 27 - Meios de transporte utilizados pelos estudantes entrevistados .....	35
Figura 28 – Gráfico que representa a opinião dos gestores sobre os cursos que devem ser ofertados.....	36

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO .....	6
2.	O IF BAIANO - CAMPUS SANTA INÉS.....	8
3.	DADOS SOCIOECONÔMICOS.....	9
3.1	Dados Socioeconômicos do Município de Santa Inês.....	10
3.2	Dados Sócio Econômicos do Território do Vale do Jiquiriçá .....	17
4	VETORES DE DESENVOLVIMENTO IDENTIFICADOS .....	25
4.1	O Agronegócio .....	25
4.2	O Turismo .....	27
4.3	A Mineração .....	28
4.4	Pequenas Empresas de Tecnologia da Informação.....	29
5	PESQUISA COM A POPULAÇÃO .....	30
5.1	Empresários .....	30
5.2	Estudantes .....	31
5.3	Gestores .....	35
5.4	Sociedade Civil Organizada .....	36
6	OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR .....	37
7	CORRELAÇÃO ENTRE OS VETORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS E OS CURSOS SUGERIDOS .....	39
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS .....	43
	ANEXO .....	45

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa refere-se ao Estudo de Demanda Territorial realizado no IF Baiano Campus Santa Inês para nortear a tomada de decisões em relação a oferta de cursos técnicos e também de nível superior (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos). Este estudo consiste em uma atividade prospectiva que pretende servir como um instrumento norteador para escolhas e investimentos mais apropriados, visando a intervenção educacional em determinado espaço territorial (neste caso, o Vale do Jiquiriçá) e, dessa forma, melhor aproveitar as oportunidades locais, as atuais e as futuras, de desenvolvimento.

Esta atividade prospectiva se apresenta como um processo por meio do qual se obtém uma melhor compreensão sobre as forças que atuam em determinada atividade e em determinado espaço, possivelmente, moldando-lhes seus desenvolvimentos, e que devem ser levadas em consideração na formulação de políticas, no planejamento e na tomada de decisões. Ou seja, um estudo de demanda está estreitamente ligado ao planejamento - reunindo indicadores socioeconômicos e análises sobre os municípios pesquisados e de sua região de influência. Desta maneira, o levantamento de dados de caráter natural, demográfico, econômico e sociocultural tem como finalidade proporcionar um espectro de referências para o planejamento da oferta Educacional no âmbito do IF Baiano/ *Campus Santa Inês*. Portanto, trata-se de um instrumento que visa a contribuir com as deliberações que a gestão do campus venha a estabelecer, não somente no campo do Ensino, mas também da Pesquisa e da Extensão.

A metodologia adotada neste Estudo de Demanda faz uso da noção de desenvolvimento local por meio de mapeamento das demandas locais estudadas. De acordo com esta abordagem, o recorte espacial é de vital importância, enquanto delimitação da área escolhida, a fim de se avaliar as interações que se pretende caracterizar, dimensionar determinada territorialidade, identificar os segmentos a serem contemplados, estimar o possível desempenho de produtos e serviços a serem oferecidos pelo Instituto e julgar sua capacidade de absorção e vazão.

Sendo assim, dentre os possíveis critérios de recorte espacial, o estudo de demanda, em questão, buscou aplicar, no que foi adequado e pertinente ao universo desse trabalho de pesquisa, o critério de Territórios de Identidade utilizado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN, 2017), que estabelece 27

territórios no Estado, definindo-os da seguinte forma:

“Território de Identidade é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (SEPLAN, 2017).

Desta forma, o mapeamento das demandas locais se dará por meio da mensuração da dimensão sócio dialogal (extração de informações diretamente por meio do contato com as comunidades locais através da aplicação de questionários diagnósticos e audiências públicas) e também da dimensão socioeconômica (caracterização do espaço através dos dados e informações obtidos nos bancos de dados dos principais provedores de dados e informações do país, do estado e do município).

O objetivo geral deste estudo, por sua vez, consiste, basicamente, em identificar as demandas territoriais por meio da análise do espaço regional, onde o *campus* está inserido (Território do Vale do Jiquiriçá), indicando os cursos técnicos e os cursos de graduação que podem ser ofertados para suprir essas demandas. Para tanto, alguns objetivos específicos foram delineados:

1. Realizar um levantamento dos indicadores socioeconômicos da região, a fim de se mensurar a dimensão socioeconômica do território (essa discussão está presente na terceira seção);
2. Identificar os vetores de desenvolvimento econômicos da região, necessários para se mapear as demandas territoriais (assunto tratado na quarta seção);
3. Pesquisa Populacional, com o propósito de se medir a dimensão sócio dialogal do território por meio de entrevistas com diversos representantes da comunidade (objetivo abordado na quinta seção);
4. Levantamento da oferta educacional de cursos de nível médio e superior no território, para verificar se as demandas detectadas já estão sendo supridas por alguma(s) outra(s) instituição(ções) de ensino (a sexta seção apresenta detalhadamente tal levantamento);
5. Correlacionar os vetores regionais de desenvolvimento com os cursos sugeridos na pesquisa, objetivando-se averiguar se tais cursos contemplam

realmente as demandas sinalizadas por cada um dos vetores em questão (esta correlação é apresentada na sétima seção).

A próxima seção, por sua vez, se destina apenas a apresentar o IF Baiano – *Campus Santa Inês*.

## **2. O IF BAIANO - CAMPUS SANTA INÊS**

De acordo com as informações postadas no web site da Instituição (IF BAIANO, 2017), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Santa Inês*, surgiu como uma Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, criada pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, publicada no DOU (Diário Oficial da União) de 01 de julho de 1993, transformada em Autarquia pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, com autorização de funcionamento do Estabelecimento através da Portaria nº 51 de 12 de julho de 1999, da SEMTEC.

Posteriormente, com o advento dos Institutos Federais, promulgada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, a referida Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês passa a configurar-se como o *Campus Santa Inês*, integrando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), com autorização de funcionamento da Unidade de Ensino provida pela Portaria MEC nº 04, de 06 janeiro de 2009, publicada no DOU de 07 de janeiro de 2009.

O IF Baiano originou-se, inicialmente, por meio da reunião das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, incorporando, posteriormente, as Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Neste novo formato, o *Campus Santa Inês* oferta os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas integrada, subsequente e PROEJA; Educação Superior e cursos de Educação à Distância (EaD). Desta forma, busca suprir às demandas específicas do território do Vale do Jiquiriçá, possibilitando aos seus estudantes uma melhor integração ou, até mesmo, recolocação no mercado de trabalho.

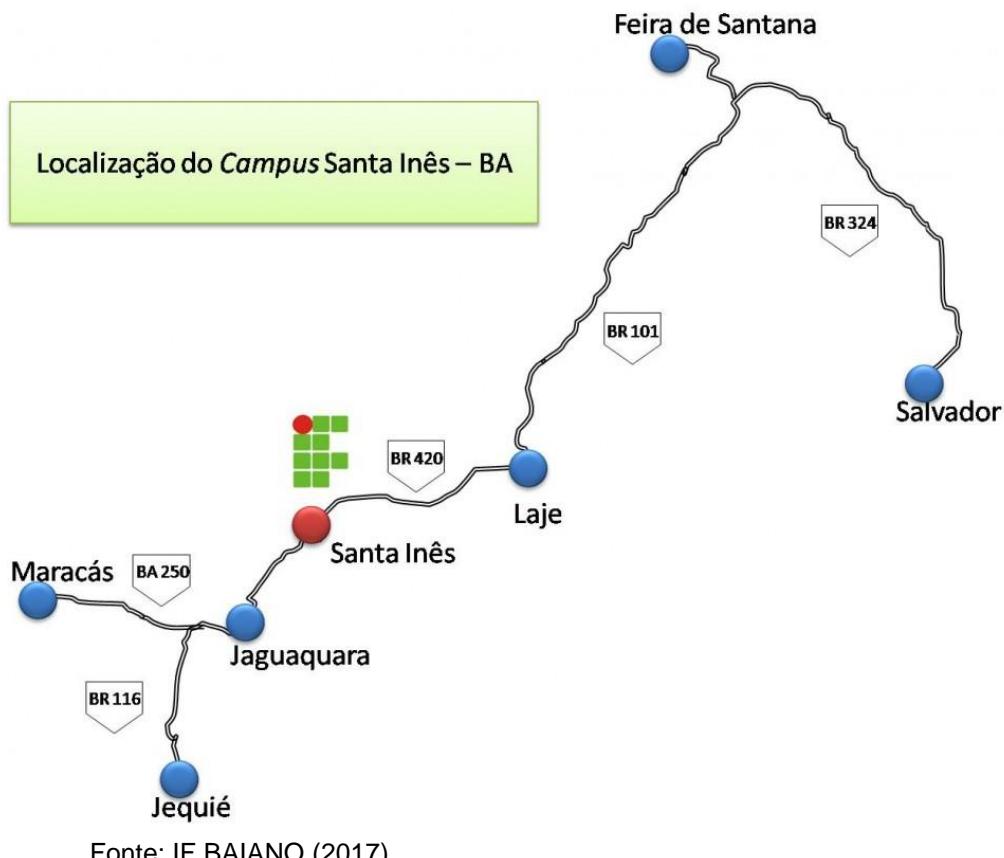
Dessa forma, o IF Baiano *Campus Santa Inês* reafirma a identidade consolidada pela antiga Escola Agrotécnica, firmando-se na região do Vale do Jiquiriçá com a oferta de cursos, serviços de pesquisa e extensão que objetivam a

valorização da cultura da região e o desenvolvimento de meios e instrumentos de capacitação da população local para a melhoria da sua inserção nos contextos político, econômico e social.

Sendo assim, a missão do IF Baiano *Campus Santa Inês* reside em ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, qualificando educacionalmente as pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

A sede do *Campus Santa Inês* fica situada no Km 2,5 da BR 420 (Rodovia Santa Inês – Ubaíra) – Zona Rural – CEP: 45.320-000 – Santa Inês-BA, conforme croquis apresentado na Figura 1.

**Figura 1** - Localização do IF Baiano Campus Santa Inês – Ba



### 3. DADOS SOCIOECONÔMICOS

À princípio, são apresentados, mais particularmente, os dados do município de Santa Inês por ser a sede do *Campus* do IF Baiano considerado neste estudo.

Em seguida, são apresentados dados mais abrangentes sobre boa parte do território em questão.

### **3.1 Dados Socioeconômicos do Município de Santa Inês**

O município de Santa Inês está localizado no interior do estado da Bahia a, aproximadamente, 290 km da capital baiana, Salvador. Conta com uma população, estimada em 2016, em torno de 11.169 habitantes e uma área de unidade territorial de 372,271 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (IBGE, 2017):

“O distrito de Santa Inês foi criado pela Lei estadual nº 251, de 17 de junho de 1898, figurando nos quadros de apuração do recenseamento de 1920 subordinado ao município de Areia (atual Ubaíra).

Por força da Lei estadual nº 1714, de 22 de julho de 1924, foi criado o município de Santa Inês, ocorrendo sua instalação a 26 de outubro do mesmo ano. A sede recebeu foros de cidade pela Lei estadual nº 1944, de 18 de maio de 1927.

Segundo as divisões territoriais de 1936 e 1937, como também pelo quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 10724, de 30 de março de 1938; o município de Santa Inês compõe-se de três distritos: Santa Inês, Olhos d’Água e Lagoa Queimada, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no quinquênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual nº 11039, de 30 de novembro de 1938, onde o distrito de Olhos d’Água aparece com a nova denominação: Igatiquira.

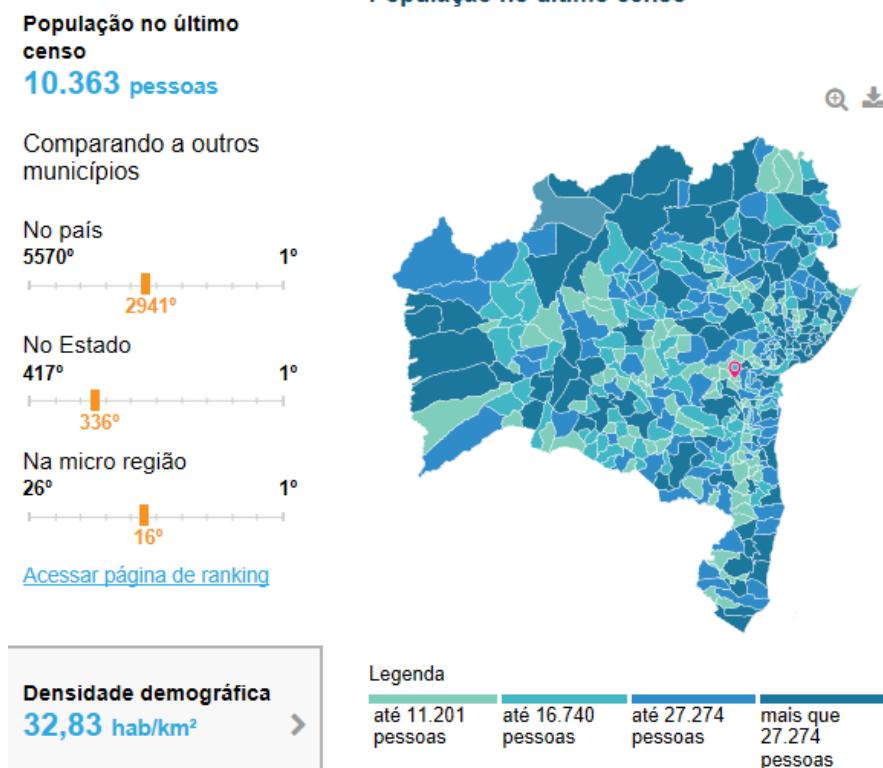
Em virtude do Decreto-Lei estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município de Itaquara foi extinto e seu território anexado como distrito ao município de Santa Inês. Desse modo, Santa Inês figura com quatro distritos: Santa Inês, Igatiquira, Irajuba (ex-Lagoa Queimada) e Itaquara. Todavia o Decreto estadual nº 12978, de 01 de junho de 1944, que retificou o Decreto-lei estadual nº 141, restaurou o município de Itaquara, voltando Santa Inês a possuir três distritos.

A “sua composição administrativa, atualmente, possui apenas o distrito-sede: Santa Inês.”

Ainda de acordo com dados obtidos no site do IBGE (IBGE, 2017), a população no último censo (2010) foi de 10.363 habitantes, mas, atualmente, estima-se que esse número seja na ordem de 11.161 pessoas. A densidade demográfica do município, registrada também no último censo, foi de 32,83 hab/km<sup>2</sup>.

Comparado com outros municípios, a cidade de Santa Inês-Ba está posicionada da seguinte forma: 2941º em relação aos demais municípios do país (num total de 5570º municípios); 336º em relação aos demais municípios do estado (num total de 417 municípios) e 16º em relação aos demais municípios da microrregião (num total de 26 municípios), como demonstra a Figura 2.

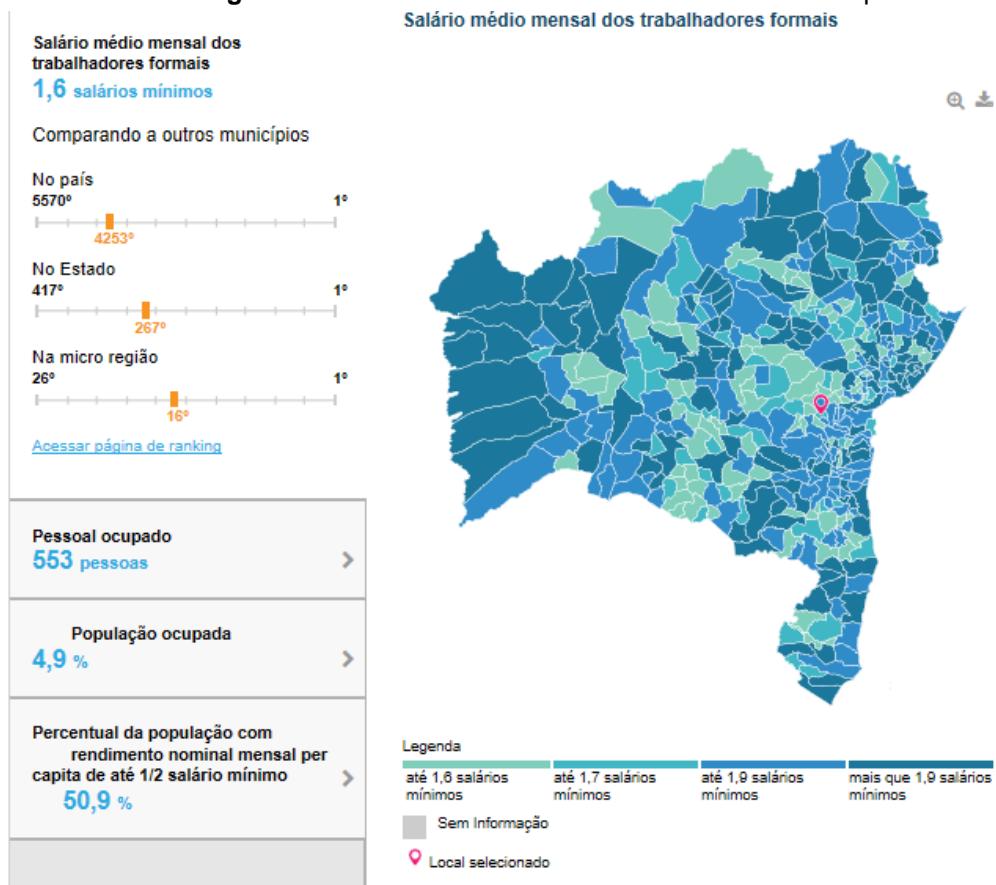
**Figura 2 - População  
População no último censo**



Fonte: IBGE (2017)

No quesito trabalho e rendimento, em 2015, o salário médio mensal era estimado em 1.6 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 4.9%. Comparando-se com os outros municípios do estado, Santa Inês ocupava as posições 267º de 417º, no que diz respeito a média salarial, e 373º de 417º, no que diz respeito a proporção de pessoas ocupadas em relação a população total. No entanto, no comparativo com as cidades de todo o país, ficava na posição 4253 de 5570 e 5179 de 5570, levando em consideração os mesmos parâmetros. Já em relação aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, apresentava 50.9% da população nessas condições, posicionando-se, desta forma, na 227º de 417º dentre as cidades do estado e na posição 1220º de 5570º dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017). Todos esses dados estão explanados na Figura 3.

**Figura 3 - Dados Salariais e de Rendimentos do Município**

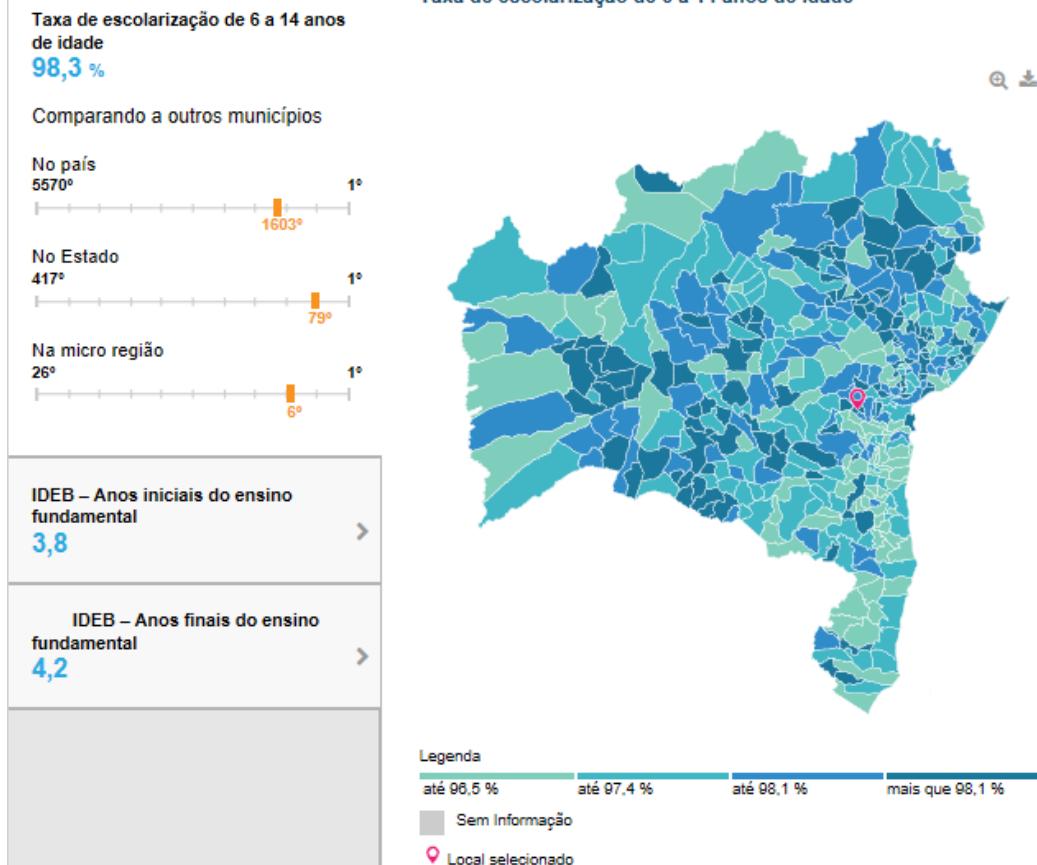


Fonte: IBGE (2017)

Quanto ao fator educação, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.8 no IDEB. Já em relação aos alunos dos anos finais, a nota alcançada foi de 4.2. Traçando um paralelo com cidades do mesmo estado, posicionava-se esta cidade em 333º lugar (num total de 417 cidades). Por outro lado, considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição Santa Inês salta para a 18º posição (considerando o total das cidades). A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.3 em 2010, posicionando o município no 79º lugar de 417 dentre as cidades do estado e na 1603º posição de 5570 dentre as cidades do Brasil. Além disso, em 2015, o número de matrículas no ensino fundamental atingiu a marca de 1.515 alunos (IBGE, 2017). Todos os dados concernentes à educação do município que foram supra discutidos, estão apresentados nas Figuras 4 e 5, respectivamente.

**Figura 4 - Taxa de escolarização da cidade**

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade

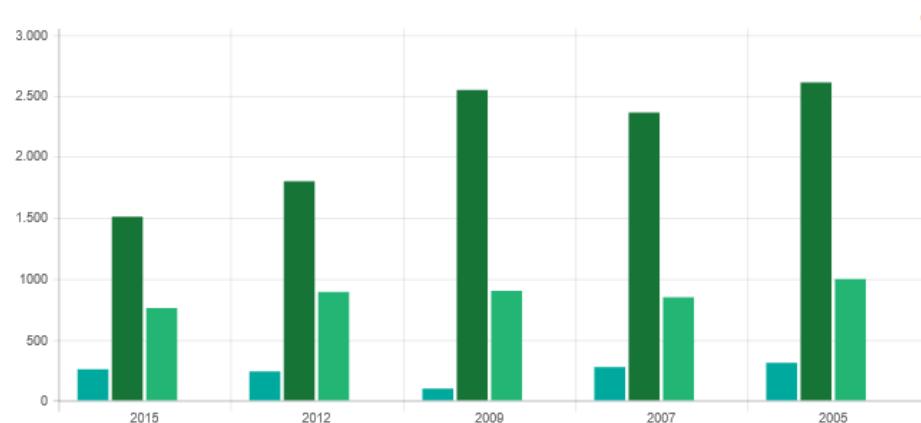


Fonte: IBGE (2017)

**Figura 5 - Taxa de matrículas da cidade**

**Matrículas** ( Unidade: matrículas )

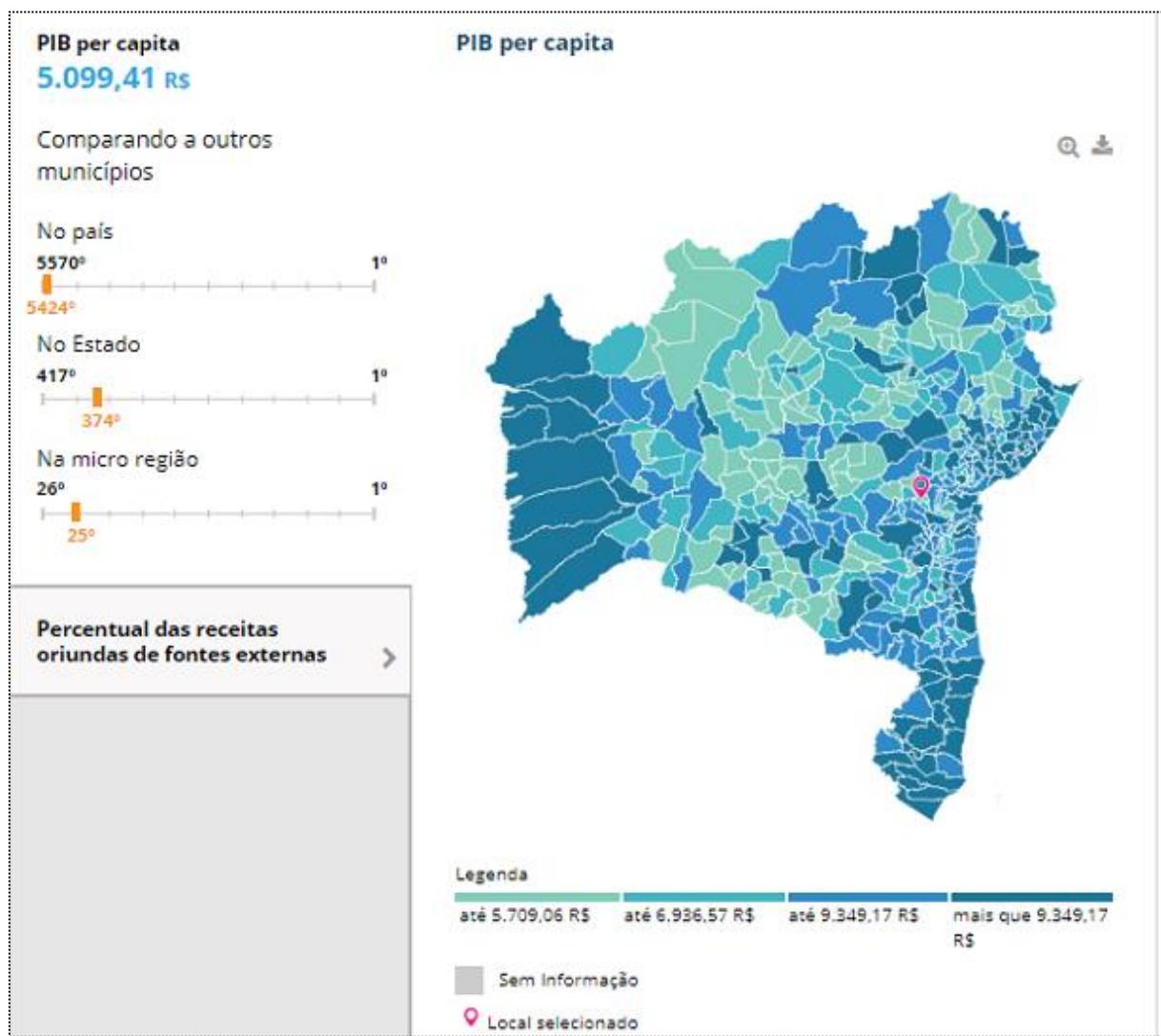
Ensino pré-escolar   Ensino fundamental   Ensino médio   Ensino superior



Fonte: IBGE (2017)

Segundo o IBGE, em relação à economia da cidade em questão, em 2014, o PIB per capita foi estimado em R\$ 5.099,41. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), medido pela última vez em 2010, foi de apenas 0,574, índice considerado baixo pela plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Atlas Brasil, 2013). Tais indicadores colocam a cidade na posição 5424º entre 5570 municípios no país; 374º posição entre 417 municípios no estado e 26º posição entre 27 municípios na microrregião (IBGE, 2017). A Figura 6 ilustra todos os dados econômicos discutidos nesta seção.

**Figura 6 - Dados econômicos da cidade**

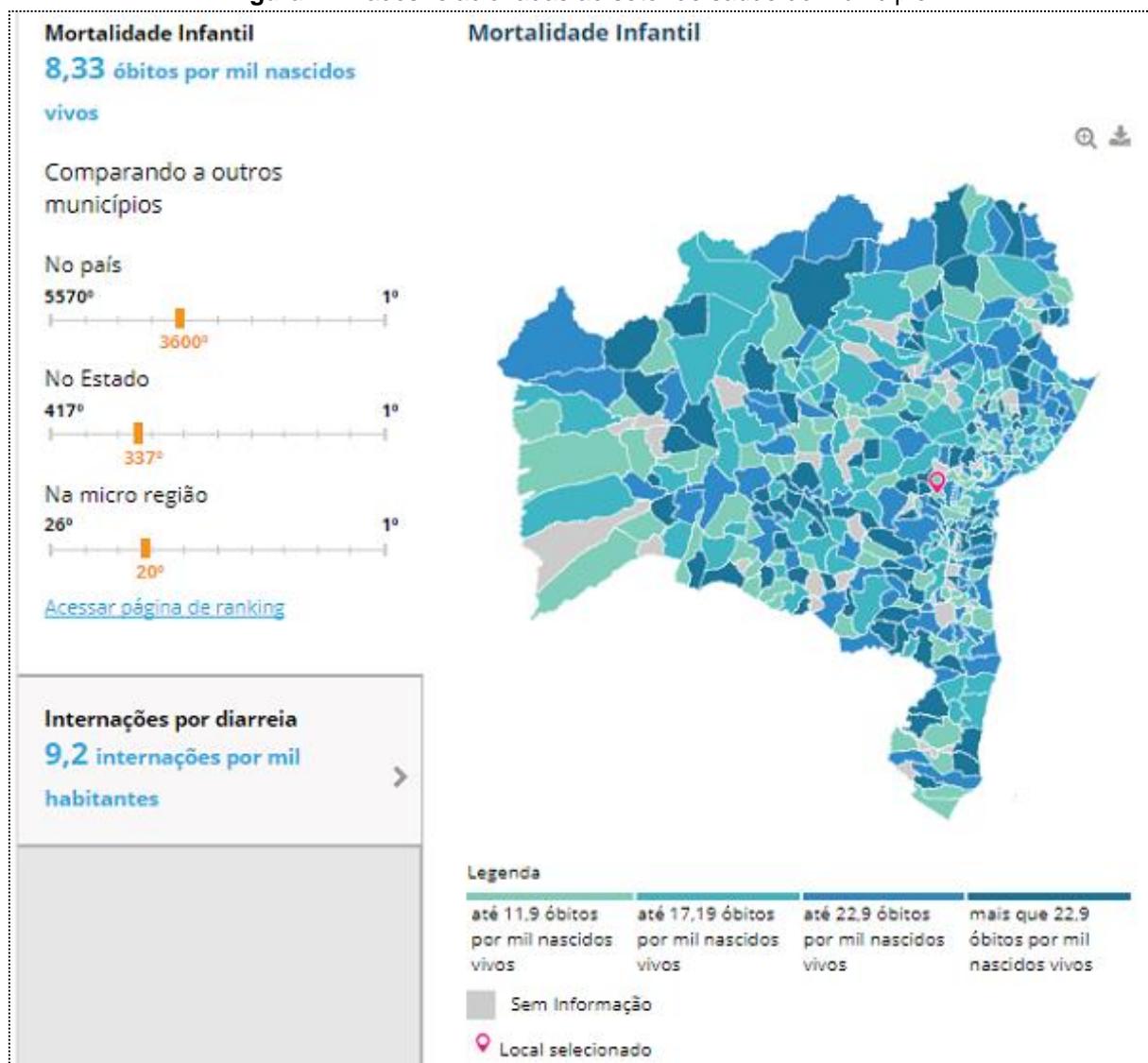


Fonte: IBGE (2017)

Além disso, registra-se em Santa Inês uma taxa de mortalidade infantil média de 8,33 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarréias, por sua vez,

giram em torno de 9,2 para cada 1.000 habitantes. Levando em consideração tais informações, ao se comparar a cidade de Santa Inês com os outros municípios do estado, a mesma se posiciona na 337º posição dentre 417 municípios e 29º posição dentre os mesmos 417 municípios, respectivamente. Entretanto, em um comparativo de abrangência nacional, essas posições são de 3600º dentre 5570 cidades e 305º dentre 5570 municípios, respectivamente. Tais informações estão apresentadas na Figura 7.

**Figura 7 - Dados relacionadas ao setor de saúde do município**

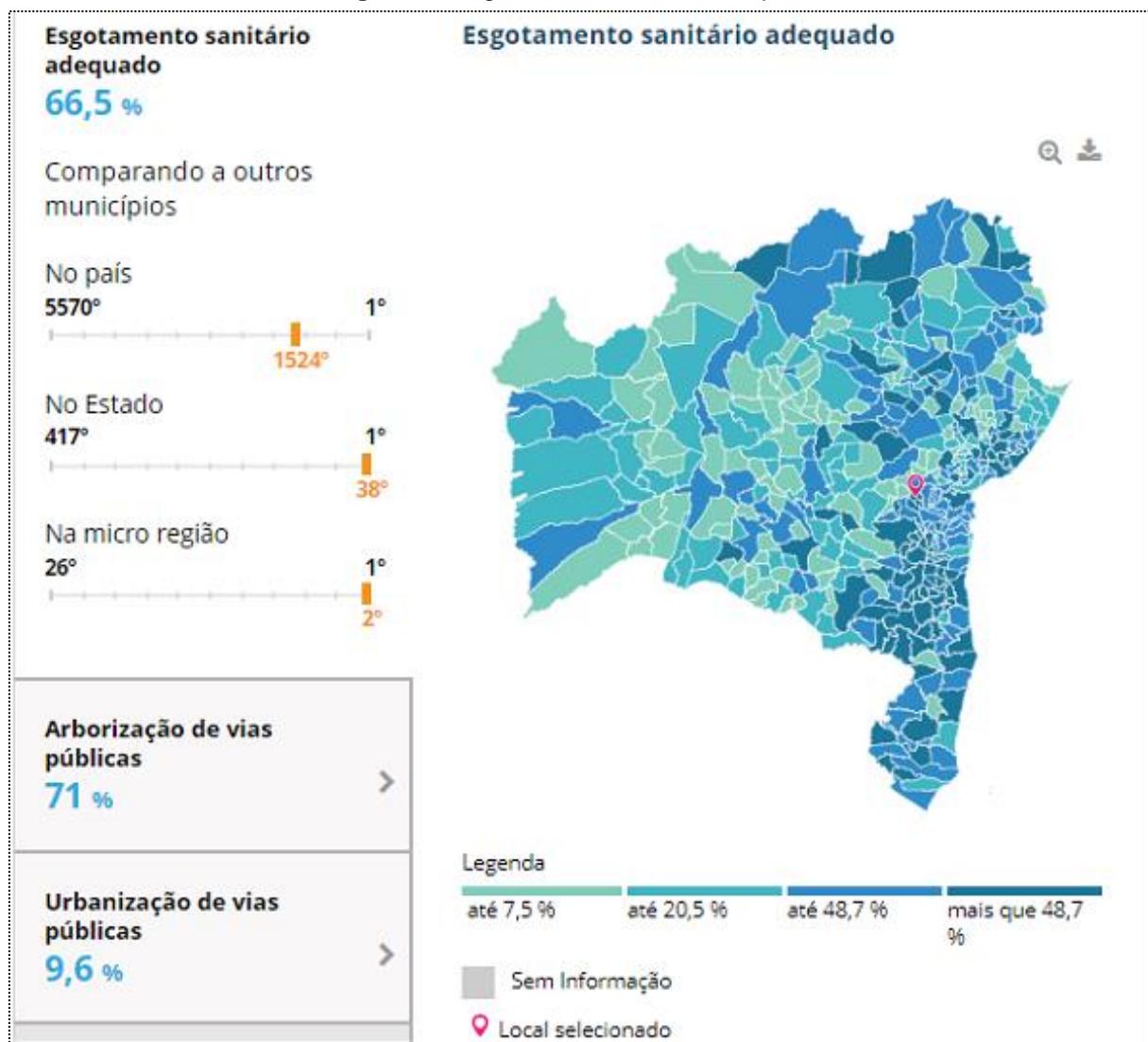


Fonte: IBGE (2017)

Outros dados, referentes ao município de Santa Inês, que merecem destaque, dizem respeito aos fatores de saneamento básico e ambientação. Dos domicílios urbanos da cidade, 66,5% estão ligados a rede de esgoto sanitário adequado, 71%

estão localizados em vias públicas com arborização e 9.6% estão localizados em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Nestes quesitos, quando comparado com os outros municípios do estado, ocupa a 38º posição num total de 417 municípios, 179º e 139º, respectivamente (considerando o mesmo total de 417 municípios no estado da Bahia). Já quando comparado a outras cidades do cenário nacional, sua posição é 1524º de 5570, 3049º de 5570 e 2836º de 5570, respectivamente. A Figura 8 apresenta todas as informações que foram supracitadas acima.

**Figura 8 - Esgotamento sanitário adequado**



Vale ressaltar que a cidade de Santa Inês-Ba integra o território do Vale do Jiquiriçá. Sendo assim, se faz necessário investigar as principais características e peculiaridades dessa região, uma vez que, a lei de criação dos Institutos Federais

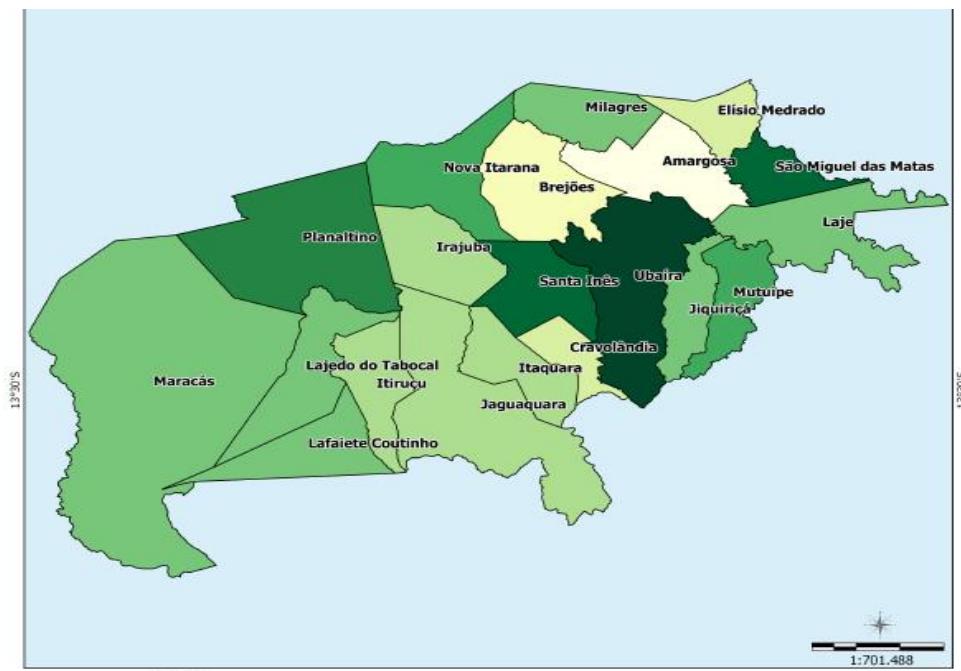
(11.892/08), preceitua que um dos objetivos dos Institutos Federais é colaborar com o desenvolvimento local e regional por meio das ofertas de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes.

A próxima seção ressalta algumas informações importantes pertinentes a este território.

### 3.2 Dados Sócio Econômicos do Território do Vale do Jiquiriçá

O Território Rural Vale do Jiquiriçá - BA está localizado na região Nordeste e é composto por mais 19 municípios além de Santa Inês. São eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. Na Figura 9 está apresentado o mapa territorial do vale do Jiquiriçá.

**Figura 9 - Mapa Territorial do Vale do Jiquiriçá**

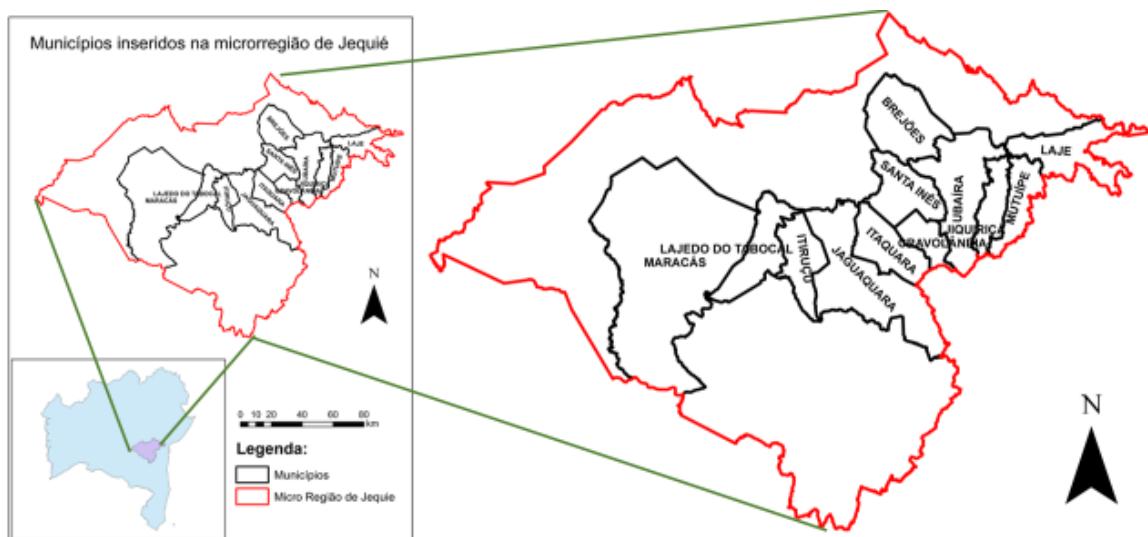


Fonte: SIT (2015)

O presente estudo limitou-se aos municípios de Brejões, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe e Santa Inês, por serem considerados os municípios que mais contribuem com a maior parcela da clientela estudantil do IFBaiano/Santa Inês (entretanto, o Anexo deste relatório, traz informações mais abrangentes sobre todo o território do Vale do Jiquiriçá).

Na Figura 10 está apresentado o mapa de localização dos municípios que estão inseridos na microrregião de Jequié.

**Figura 10 - Mapa de localização dos municípios**

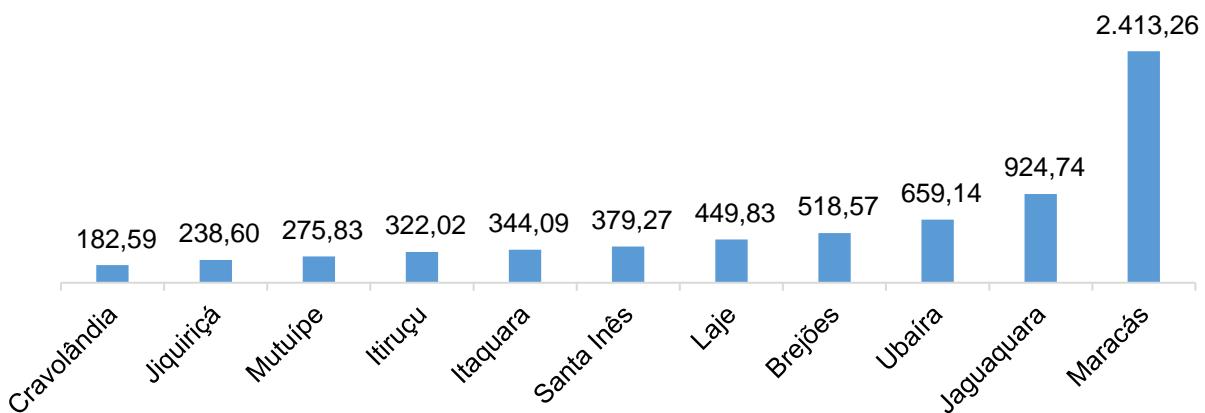


Fonte: Acervo dos autores

Foi feita uma pesquisa exploratória no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) para o levantamento dos dados do Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto Per Capita, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), População Municipal do ano de 2010, área em  $\text{km}^2$  e densidade demográfica e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos de 2005 e 2015. Estes dados permitiram uma avaliação da dimensão socioeconômica dos municípios estudados, possibilitando, dessa forma, uma análise diagnóstica das potencialidades e fragilidades.

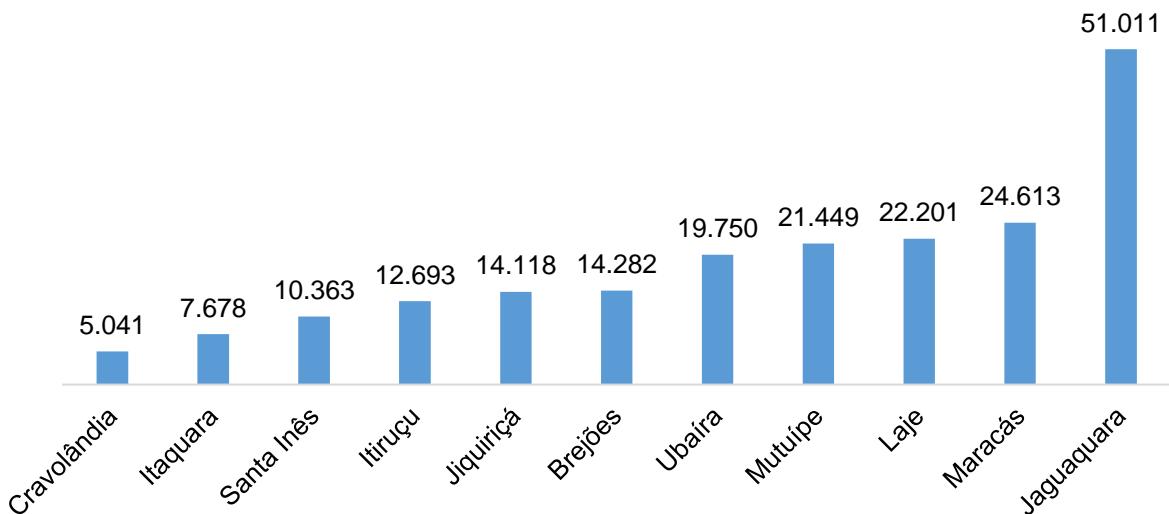
Na Figura 11 está apresentado o gráfico com as áreas de cada município. Dentre os municípios estudados, Maracás é o maior em extensão territorial, enquanto Cravolândia é o menor destes. Na Figura 12 está apresentado o gráfico com a população municipal e na Figura 13 está o gráfico da densidade populacional. De acordo com os gráficos apresentados o município de Maracás é o que tem a menor densidade demográfica, enquanto o município de Mutuípe é o mais denso.

**Figura 11 - Área do município em km<sup>2</sup>**



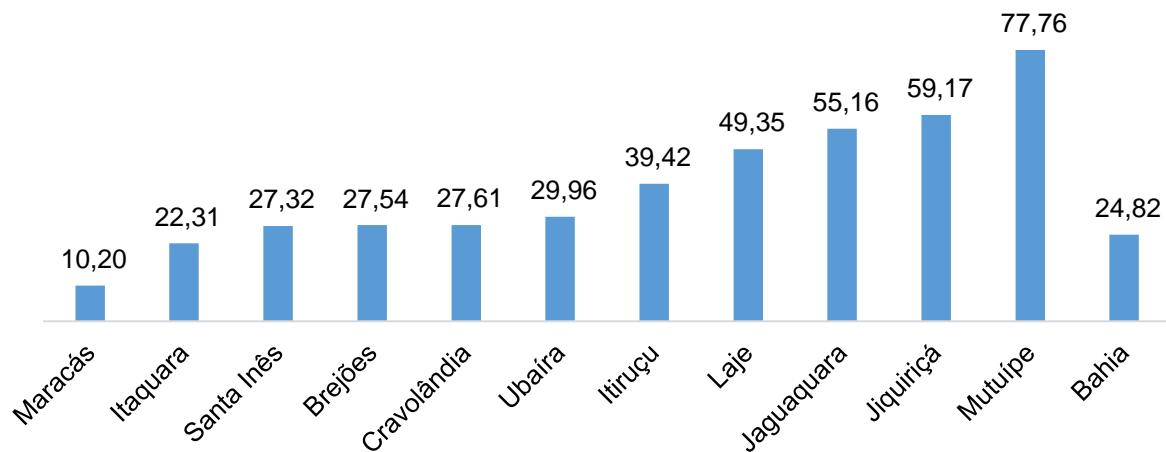
Fonte: IBGE (2017)

**Figura 12 - População do ano de 2010**



Fonte: (IBGE, 2017)

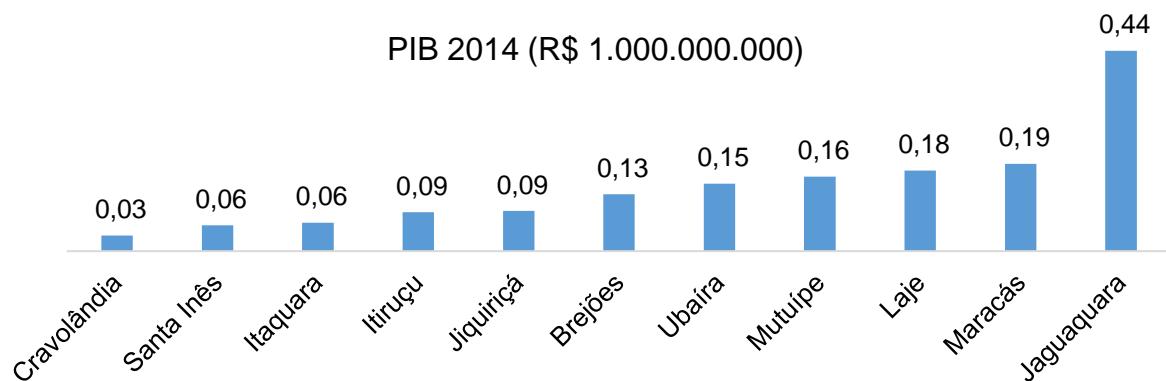
**Figura 13 - Densidade demográfica base do ano de 2010**



Fonte: (IBGE, 2017)

O Produto Interno Bruto (PIB) é o índice composto pela soma das riquezas produzidas pelos serviços públicos, a agropecuária e indústria de cada Município, Estado e do País. De acordo com os dados do IBGE (2014), o valor correspondente ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e do estado da Bahia no ano de 2014 foi de R\$ 5.778.952.780.000,00 e R\$ 223.929.966.000,00, respectivamente. Quanto aos municípios estudados, observa-se pelo gráfico apresentado na Figura 14, que o município de Jaguaquara obteve o maior PIB, provavelmente devido às atividades agropecuárias e comerciais, visto que existe neste município um posto da CEASA que promove a comercialização e distribuição da produção hortifrutícola.

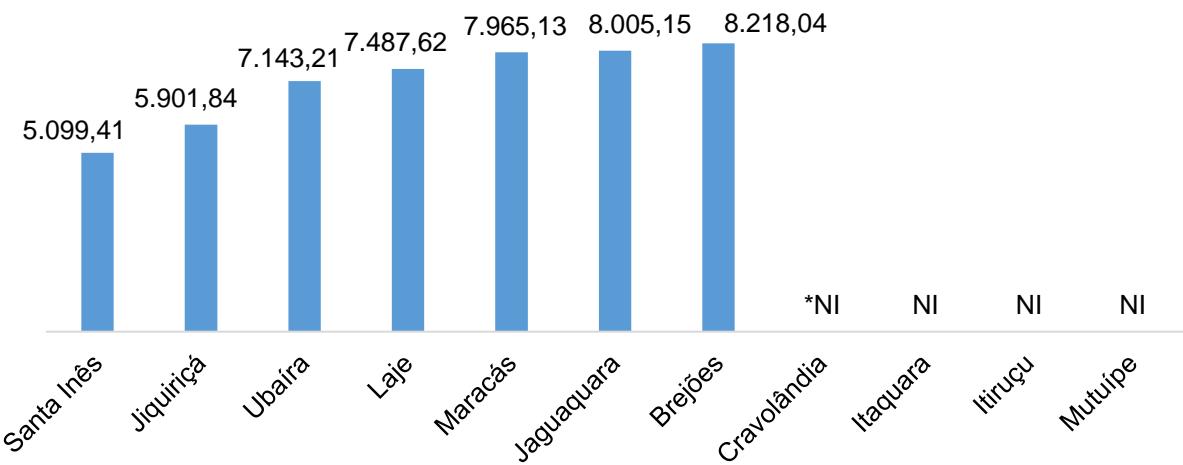
**Figura 14 - PIB dos municípios estudados do ano de 2014**



Fonte: (IBGE, 2017)

O PIB per capita é outro indicador que serve para balizar a distribuição da renda com a população de cada município. Na Figura 15 está apresentado o gráfico com o PIB per capita de alguns dos municípios estudados.

**Figura 15** - PIB per capita em Reais, dos municípios estudados do ano de 2014

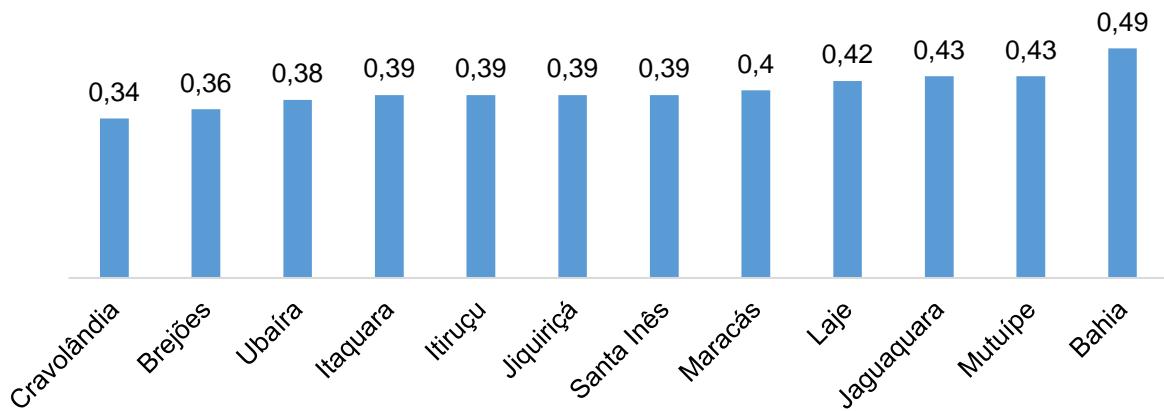


Fonte: (IBGE, 2017)

Apesar de ter o quinto maior PIB dentre os municípios estudados, Brejões se destacou com o maior PIB per capita, sendo o oitavo município em termos de densidade demográfica, o que pode significar um maior poder aquisitivo individual.

Outro indicador socioeconômico, levado em consideração, é o índice de GINI, que mensura a discrepância entre os mais pobres e os mais ricos, variando de 0 a 1, ou seja, índices próximos de zero indicam que não há discrepâncias, mostrando que todos possuem o mesmo nível econômico, já os índices próximos de um indicam forte discrepância econômica entre as classes. Na Figura 16 está apresentado o gráfico do índice de GINI dos municípios estudados. Observa-se que Cravolândia é o município com a menor diferença entre os mais ricos e os mais pobres. Observa-se também que todos os municípios estudados estão em situação mais equilibrada em relação ao Estado.

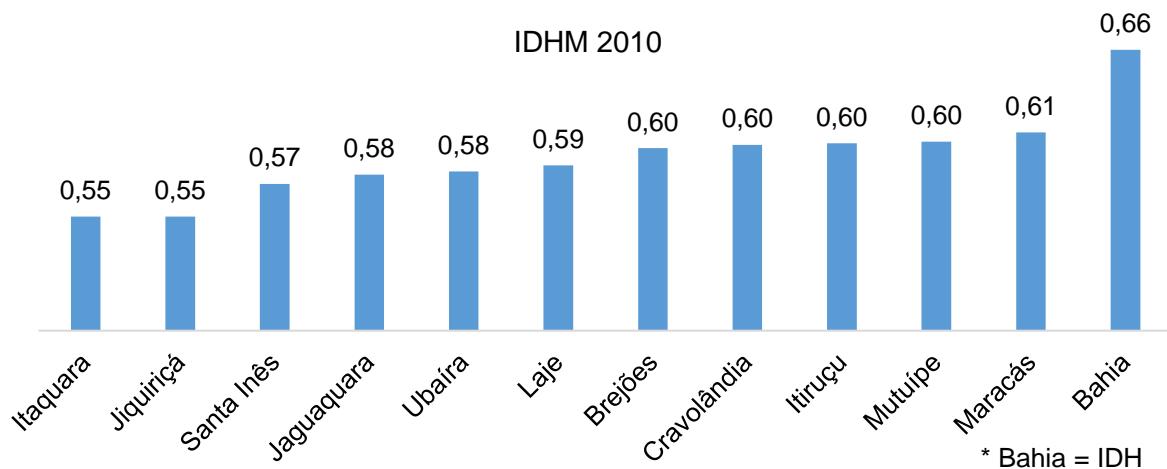
**Figura 16 - Índice de GINI dos municípios estudados do ano de 2003**



Fonte: IBGE (2017)

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (2010), as condições básicas de vida de uma população, centradas nas dimensões saúde, conhecimento e padrão de vida (renda), podem ser resumidas em números para possibilitar uma visão mais fácil do grau de desenvolvimento desta. Neste sentido, o PNUD, utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual foi adaptado para os municípios brasileiros, passando a ser denominado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Na Figura 17 está apresentado o gráfico do IDHM dos municípios estudados.

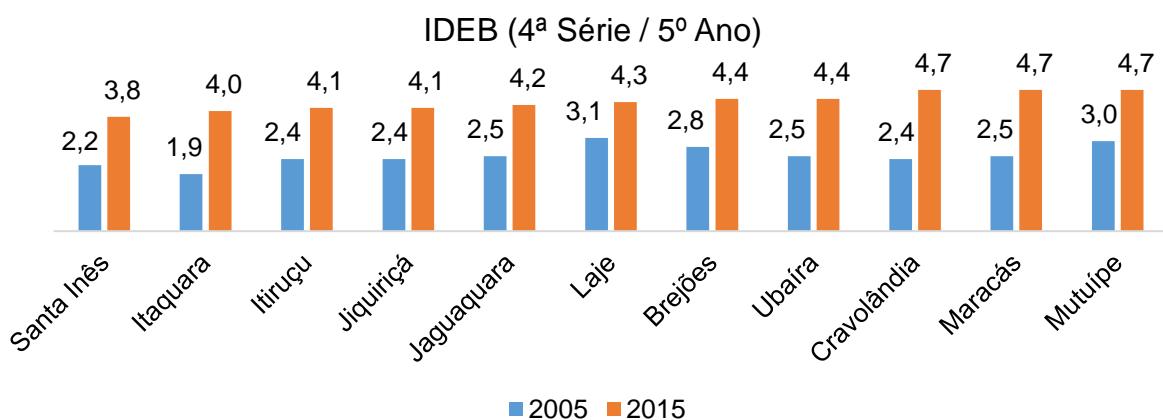
**Figura 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios estudados do ano de 2010**



Fonte: IBGE (2017)

No viés da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mensura o nível de qualidade da educação nos níveis fundamental 1 e 2 e médio. No gráfico apresentado na Figura 18, pode ser observado um avanço significativo na educação em todos os municípios estudados em dez anos, em cerca de 50%. Destes, Mutuípe conseguiu os melhores resultados.

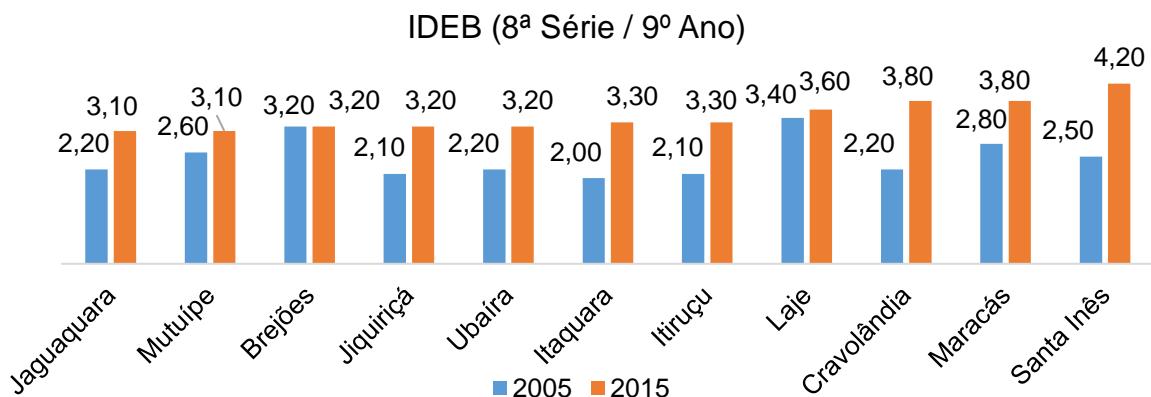
**Figura 18** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da (4<sup>a</sup> Série/5<sup>º</sup> Ano), dos anos de 2005 e 2015



Fonte: INEP (2016)

Quanto ao nível fundamental 2 (9º ano), na Figura 19 está apresentado o gráfico com os valores do IDEB, no qual, Santa Inês aparece com o melhor resultado dentre os municípios analisados, tendo evoluído em dez anos cerca de 65%, seguido por Cravolândia e Maracás. Cabe observar que Cravolândia apesar de estar abaixo de Santa Inês, no intervalo de dez anos analisados, evoluiu 72%.

**Figura 19** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da (8<sup>a</sup> Série/9<sup>º</sup> Ano) dos anos de 2005 e 2015



Fonte: INEP (2016)

Quanto à educação básica no nível médio, no site do INEP, no qual foram levantados os dados relativos ao IDEB, não há detalhamento em nível de município. Para encorpar a análise, foram levantados os dados dos três níveis, do Estado da Bahia e da Federação, apresentados na Tabela 1. No ano de 2015, tanto o Estado da Bahia quanto a Federação, só conseguiram superar as metas no Nível fundamental 1.

Quando é feita a comparação dos municípios em relação ao Estado, verifica-se que, exceto os municípios de Santa Inês e Itaquara, os demais superaram a meta para o ano de 2015. No Fundamental 2, só o município de Santa Inês superou a meta para o mesmo ano, demonstrando maior qualidade deste município para níveis mais avançados de ensino.

**Tabela 1** - IDEB nos três níveis educacionais do Estado da Bahia e Federação, para os anos de 2007 e 2015

<b>IDEB nível médio</b>		
<b>Estado da Bahia</b>		
<b>Ano</b>	<b>Observado</b>	<b>Meta</b>
<b>2007</b>	3,0	3,0
<b>2015</b>	3,1	3,8
<b>Federação</b>		
<b>2007</b>	3,5	3,4
<b>2015</b>	3,7	4,3
<b>IDEB nível fundamental 1 (4<sup>a</sup> Série/5<sup>º</sup> Ano)</b>		
<b>Estado da Bahia</b>		
<b>2007</b>	3,4	2,8
<b>2015</b>	4,7	4,1
<b>Federação</b>		
<b>2007</b>	4,2	3,9
<b>2015</b>	5,5	5,2
<b>IDEB nível fundamental 2 (8<sup>a</sup> Série/9<sup>º</sup> Ano)</b>		
<b>Estado da Bahia</b>		
<b>2007</b>	3,0	2,8
<b>2015</b>	3,7	4,0
<b>Federação</b>		
<b>2007</b>	3,8	3,5
<b>2015</b>	4,5	4,7

Fonte: INEP (2016)

## 4 VETORES DE DESENVOLVIMENTO IDENTIFICADOS

O Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) desenvolveu em 2002 um significativo estudo das condições socioeconômicas da região, resultando no Mapa de Oportunidades Regionais com ênfase nos eixos temáticos político-institucional, social e econômico. Desde então, foram traçadas linhas de atuação em duas áreas para as quais o território do Vale do Jiquiriçá apresenta melhores potencialidades: o turismo e o agronegócio (BATISTA, 2003) – estas áreas também foram apontadas pelos empresários, gestores e representantes da sociedade civil organizada na pesquisa dialogal realizada com a comunidade do território (as informações obtidas nesta pesquisa são abordadas, de forma mais detalhada, na próxima seção).

### 4.1 O Agronegócio

De acordo com o estudo desenvolvido pelo CIVJ (BATISTA, 2003), o setor rural do Vale do Jiquiriçá apresenta uma agricultura fragilizada e pouco capitalizada, além de uma pecuária, preponderantemente, bovina e destinada ao corte, desfragmentada das cadeias produtivas da carne, do leite e do couro e, consequentemente, demandante de pouca mão de mão-de-obra. Observa-se assim, que a agroindústria, neste aspecto, contrastando com as potencialidades da região, ainda se encontra de forma incipiente.

Levando em conta este panorama, com o objetivo de promover o desenvolvimento setorial de agronegócios no território, o CIVJ propôs um plano específico, concentrando as propostas mais viáveis, em termos econômicos, dentre as várias alternativas que a região oferece, definindo sete cadeias produtivas prioritárias: fruticultura, olericultura, mandiocultura, floricultura, cana de açúcar, apicultura, leite e derivados.

Em relação a produção atual de cítricos, do tomate e das hortaliças na Bacia do Jiquiriçá, a fruticultura e a olericultura são consideradas as mais expoentes para o desenvolvimento regional, tanto no que diz respeito a comercialização dos produtos in natura como no processamento industrial, nos ramos de bebidas e alimentos. A produção da mandioca e seus derivados, por sua vez, destaca-se já de forma quase que totalmente industrializada, apresentando, inclusive, elevado padrão de qualidade, garantindo assim a sua comercialização nacional em larga escala.

A floricultura também se apresenta de forma bem desenvolvida em alguns municípios, contando, inclusive, com uma Associação Regional de Floricultores nos Municípios de Mutuípe, Ubaíra e Brejões. Entretanto, ressalta-se que ainda falta estímulos financeiros principalmente voltados para o pequeno produtor. Por outro lado, a cidade de Maracás destaca-se como um bom exemplo na produção de flores com o incentivo dado pela Prefeitura, por meio da doação de sementes e mudas, adubo químico e orgânico, assistência comercial e técnica e cestas básicas (no período compreendido de três meses para que, desta maneira, as famílias possam se manter até poderem comercializar sua produção).

A cana de açúcar, por sua vez, apesar de ter uma produção ainda em baixa escala na bacia, necessita de uma assistência técnica apropriada, sobretudo, por estar relacionada a processos produtivos alternativos da forragem para o animal, da rapadura, do açúcar mascavo, da aguardente de cana, além, obviamente, dos principais produtos derivados dessa cultura que são o açúcar e o álcool.

Os projetos de apicultura também merecerem um certo destaque, uma vez que, estão associados a recomposição da mata ciliar. Já em relação à produção de leite e seus derivados, nota-se que tal processo ainda é realizado sem maiores recursos tecnológicos, ocupando, inclusive, um bom lugar entre os Municípios do Estado da Bahia.

A Figura 20 apresenta o mapeamento dos agronegócios do território do Vale do Jiquiriçá.

**Figura 20** - Agronegócios nos municípios do Vale do Jiquiriçá



Fonte: BATISTA (2003)

Por fim, em seu plano de desenvolvimento para o território do Vale do Jiquiriçá, o consorcio CIVJ ressalta que:

“Investir neste projeto significa consolidar o processo de desenvolvimento integrado e sustentável na região, fortalecer a organização e a cooperação dos empreendedores locais das cadeias produtivas selecionadas e aumentar a comercialização dos produtos com a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais”.

Vale a pena ressaltar que, atualmente, dentre os vetores de desenvolvimento locais, o agronegócio é o que mais se destaca na região, em termos de empregabilidade, principalmente, nas atividades: da pecuária bovina; do cultivo e o beneficiamento do café, do cultivo de cacau e da indústria alimentícia (TEIXEIRA e SOUSA, 2011).

#### **4.2 O Turismo**

No mesmo estudo supracitado (BATISTA, 2003), desenvolvido pelo CIJV, o turismo também destaca-se como uma das principais vocações econômicas dos Municípios do Vale do Jiquiriçá, nas seguintes modalidades (no médio e alto Jiquiriçá): o turismo rural, o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo de eventos (festas juninas).

Nesse segmento, o referido plano desenvolvido pelo CIVJ tem como objetivo promover o desenvolvimento setorial do turismo nos municípios da região, aprofundando o estudo das potencialidades turísticas regionais, buscando promover o aumento do fluxo de visitantes, inclusive, ampliando o seu período de permanência; gerando assim o aumento da empregabilidade e da renda regionais ligadas a essa atividade. Mas, para tanto, afirma-se que se faz necessário ampliar de forma quantitativa e qualitativa a infraestrutura turística, que já vem se instalada na região, projetando-a para suprir gradativamente a uma crescente demanda.

Salienta-se que a atuação do Consórcio CIJV, aliada às atividades da população local, das Prefeituras e do empresariado, estimulará estas ações, de forma sustentável, trazendo o aporte de experiências mais abrangentes por meio de diversas parcerias, que será marcada pela atuação dos fóruns municipais, garantindo assim a participação efetiva da comunidade territorial, tanto na fase de planejamento, como na fase de implantação - evitando-se, desta maneira, um processo de degradação ambiental e cultural, o que poderia acarretar num turismo convencional cujo o lucro

financeiro fosse o objetivo central, o que poderia resultar na perda da identidade territorial e da base dos recursos naturais.

Vale a pena ressaltar ainda que vinculado ao Plano de Desenvolvimento Setorial do Turismo, está sendo construído um projeto de rotas turísticas para a Bacia do Rio Jiquiriçá, por meio do qual se busca adequar as potencialidades de cada conjunto de Municípios com facilidades operacionais para visitação e permanência dos turistas. A figura 20, apresenta a localização das rotas das cachoeiras, da aventura, dos romeiros, do dendê e do sertão na Bacia do Jiquiriçá.

**Figura 21** - Rotas Turísticas da Bacia do Vale do Jiquiriçá



Fonte: BATISTA (2003)

### 4.3 A Mineração

Um vetor de desenvolvimento territorial que merece ser destacado como um promissor arranjo produtivo no Vale do Jiquiriçá é a mineração. De acordo com informações extraídas do Portal do governo da Bahia (MARTINS, 2017):

“A riqueza geológica do território baiano coloca o estado em destaque no setor da mineração. A Bahia lidera o Nordeste, com 40% da produção regional. Além disso, é o único produtor nacional de urânio, Cromo, Diamantes em Rocha e Vanádio, sendo o último produzido no município de

Maracás, onde está localizada a única mina do elemento de toda a América do Sul.”

A respeito da exploração de vanádio na cidade de Maracás, cidade integrante do território do Vale do Jiquiriçá, a empresa responsável pela extração do mineral, a Largo Recourses, destaca as seguintes informações gerais sobre o projeto (LARGO RESOURCES, 2017):

“A Mina Menchen Maracás, localizada em Maracás, na Bahia, ostenta a reserva de vanádio de mais alto grau do mundo, e está posicionada para ser uma produtora de baixo custo no mercado de vanádio. [...]

A produção média anual é estimada em 11.400 toneladas de V205 equivalente ao longo de 29 anos de vida útil da mina. Ainda existe um tremendo potencial de expansão de recursos e aumento das taxas de produção na unidade do Projeto. [...]”

E ao caracterizar o depósito de Vanádio, batizada de “mina Menchen Maracás”, destaca:

“A jazida mineral da mina Menchen Maracás é de grau e qualidade excepcionalmente altos. O vanádio está contido em uma magnetita titanífera maciça que tem graus muito mais altos tanto em conteúdo de V205 quanto de ferro do que qualquer outro projeto de vanádio do mundo. Além disso, e igualmente importante, tem níveis baixíssimos de contaminantes como a sílica (SiO<sub>2</sub>).

Esses recursos únicos tornam a extração do vanádio, bem como seu processamento em produto final vendável, muito mais fácil, reduzindo significativamente os custos operacionais de produção e permitindo que a Largo produza um concentrado substancialmente superior ao de outros produtores.

“As vantagens acumulativas do grau e qualidade do minério e concentrado são tão importantes que Maracás terá uma grande vantagem sobre os produtores mundiais.”

Constata-se, dessa forma, que a mineração se destacará num futuro próximo como um importante vetor de desenvolvimento territorial.

Ainda sobre a questão da mineração como vetor de desenvolvimento econômico do Vale do Jiquiriçá, vale a pena ressaltar que na cidade de Jaguaquara, o presente estudo também detectou a atuação de uma outra empresa de mineração (a mineradora anglo-australiana Rio Tinto Alcan), realizando pesquisas geológicas nos territórios do município. Portanto, mais um forte indicativo da importância dessa atividade econômica para a região a médio e longo prazo.

#### **4.4 Pequenas Empresas de Tecnologia da Informação**

Neste estudo também se observou, mesmo que ainda de forma incipiente, o surgimento de algumas empresas do setor da Tecnologia da Informação (TI) nas cidades de Santa Inês, Ubaíra, Jaguaquara e Maracás. Estas empresas, praticamente todas, concentram a oferta dos seus serviços, basicamente, em duas áreas da

computação: manutenção de computadores e redes de computadores. No que diz respeito a este último serviço, tais empresas atuam, principalmente, como provedoras de acesso à Internet na região – alcançando, inclusive, outras cidades, vilarejos e zonas rurais do território.

## **5 PESQUISA COM A POPULAÇÃO**

Neste estudo foram aplicados questionários específicos para alguns representantes da sociedade civil organizada, gestores públicos, empresários e estudantes, afim de sondar junto a estes representantes quais são as demandas territoriais, bem como, os potenciais cursos profissionais e acadêmicos que poderiam, de alguma forma, suprir tais demandas.

### **5.1 Empresários**

Foram aplicados 11 questionários empresariais nesta categoria. Dentre outras informações, perguntou-se se a região oferece projetos para atender às necessidades das empresas, e a maioria concorda que não (8 indicações), e citam cursos técnicos e na área da saúde para suprir essa carência.

Sobre os cursos já ofertados, a maioria (7 indicações) pensa que os cursos ofertados na região não suprem as necessidades de formação profissional qualificada.

Quanto aos cursos superiores ofertados há um equilíbrio, embora a maioria (6 indicações) pense que eles não estão alinhados às demandas regionais.

A maioria dos empresários (8 indicações) admite que ocorreram mudanças significativas no município e no território, citando o surgimento de novas atividades econômicas, a valorização territorial e maior atenção à saúde básica da população, melhoria do poder aquisitivo, melhoria na qualificação profissional, mencionando o IF Baiano/ Santa Inês como um dos responsáveis, e que essas mudanças foram responsáveis pela criação de novas oportunidades de trabalho (6 indicações).

As áreas profissionais mais citadas pelos empresários foram: meio ambiente, saúde e segurança (5 indicações), produção alimentícia (5 indicações), recursos naturais, desenvolvimento educacional e social (4 indicações), produção industrial (4 indicações), turismo (4 indicações), hospitalidade e lazer (4 indicações), gestão de negócios (3 indicações), controle e processos industriais (2 indicações), produção

cultural e design (2 indicações), infraestrutura (1 indicação), informação e comunicação (1 indicação) e militar (1 indicação).

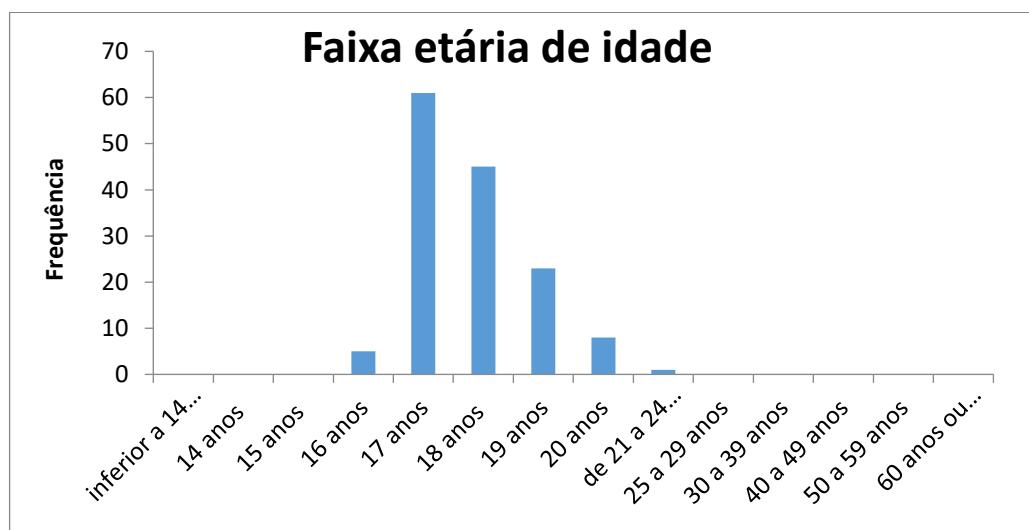
Citam como potencialidades produtivas e econômicas da região Comércio, Agricultura, Agroindústria, Pecuária, Turismo Rural, Esportes Radicais e Reciclagem (vidro, papelão e plástico).

## 5.2 Estudantes

Foram aplicados um total de 154 questionários a estudantes de ensino médio oriundos de escolas da Rede Estadual de ensino dos municípios de Santa Inês, Mutuípe, Laje, Jaguaquara e Maracás. Deste quantitativo, 91,55% afirmaram residir no próprio município, enquanto 8,45% moram em outro município. Os respondentes femininos perfizeram um total de 59,1% e 40,9% do sexo masculino. A respeito da existência de alguma deficiência, 95% afirmaram não possuir algum tipo de deficiência, 3,33% afirmaram possuir deficiência visual e 1,67% outro tipo de deficiência, não havendo ocorrências para as deficiências auditiva, física e intelectual. No que tange a etnia, 16,32% se autodeclararam brancos, 2,8% indígenas, 65,5% pardos, 14,1% de etnia preta e 1,4% afirmaram pertencer a outra etnia.

Com relação a faixa etária, a maioria dos estudantes se enquadrou na faixa de 17 e 18 anos (como demonstra a Figura 22) e 100% deles estavam em fase de conclusão do ensino médio.

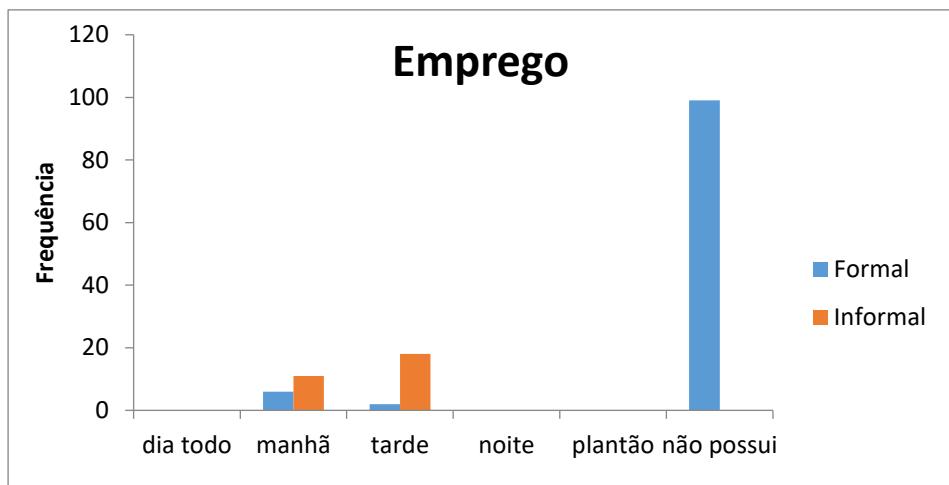
**Figura 22** - Faixa etária dos estudantes entrevistados



Fonte: Próprios autores (com base nos questionários aplicados)

Quando indagados se exerciam alguma atividade profissional, 64,3% afirmaram não trabalhar. Trinta e sete afirmaram trabalhar, sendo 8 no emprego formal e 29 no emprego informal (a Figura 23 explana estes dados).

**Figura 23 - Empregabilidade dos estudantes entrevistados**



Fonte: Acervo dos autores (com base nos questionários aplicados)

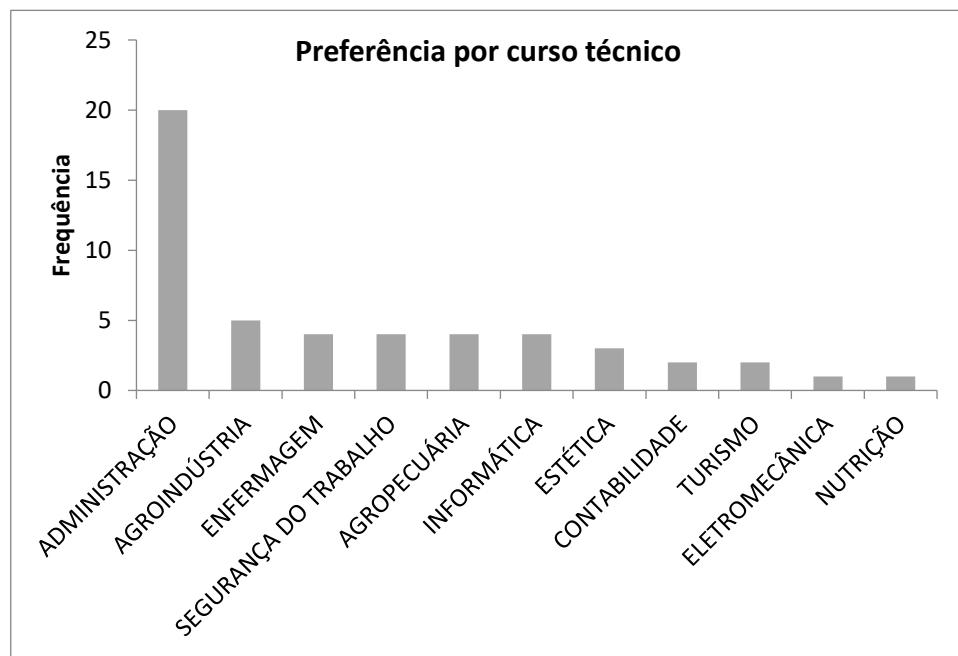
No que tange a preferência por turno de estudo, 51,4% optaram pelo turno vespertino enquanto que 42,1% preferem o turno matutino. Apenas 6,5 % optaram pelo turno noturno.

Já em relação a renda familiar, 55,5% dos estudantes afirmaram ser oriundos de famílias com renda inferior a um salário mínimo. Os estudantes se enquadram no quesito renda familiar da seguinte forma: de 1 a 2 salários mínimos 37,2% dos estudantes; 2,92% de 2 a 3 salários mínimos; 1,43% com renda familiar de 3 a 4 salários mínimos; 1,46% de 4 a 5 salários mínimos e 1,46% acima de 5 salários mínimos. Portanto, a grande maioria dos estudantes são de baixa renda, mantendo-se com no máximo 2 salários mínimos, ao passo que 79,86% desses estudantes declararam sempre ter estudado em escola pública.

Quando indagados a respeito da pretensão de fazer um curso técnico, um percentual de 58,5% se manifestou positivamente neste sentido.

Os estudantes também foram convidados a indicar três cursos técnicos de sua preferência. Os cursos técnicos mais apontados estão representados na Figura 24, logo abaixo.

**Figura 24** - Cursos profissionais indicados pelos estudantes entrevistados

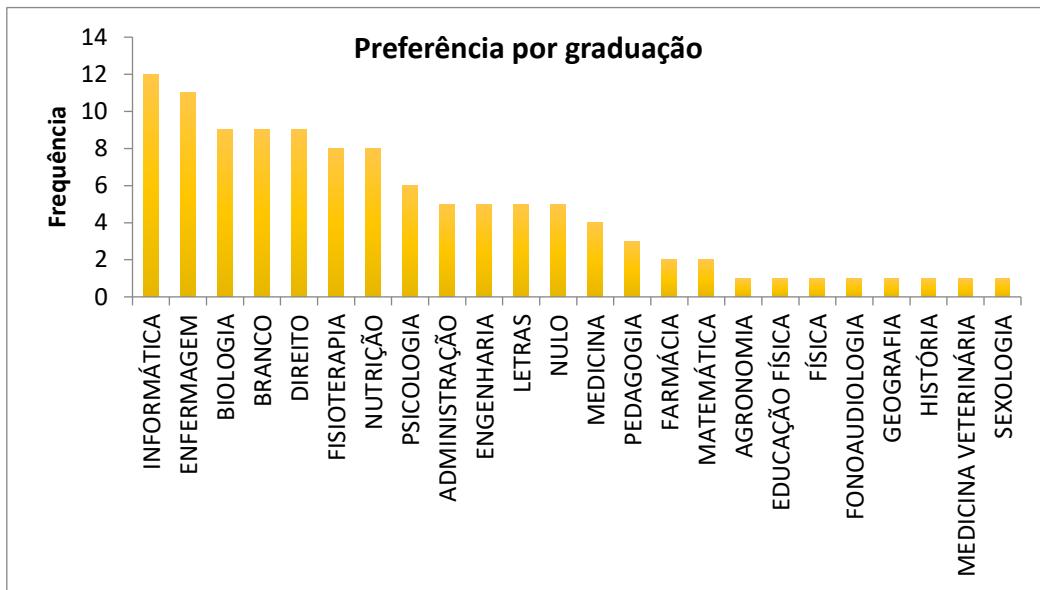


Fonte: Acervo dos autores (com base nos questionários aplicados)

Dos alunos que sinalizaram algum curso técnico, observa-se que o curso de administração foi o mais citado, seguido de agroindústria. Os cursos técnicos em enfermagem, segurança do trabalho, agropecuária e informática, ficaram em terceiro lugar. O curso de estética ficou em quarto lugar, contabilidade e turismo em quinto lugar e, por último, os cursos técnicos em eletromecânica e Nutrição.

Do total de estudantes da pesquisa, 89,3% afirmaram querer fazer graduação e, quando solicitados que indicassem os cursos de graduação de sua preferência, foram obtidas as ocorrências demonstradas no gráfico exposto na Figura 25.

**Figura 25** - Cursos de Graduação Indicados pelos estudantes entrevistados

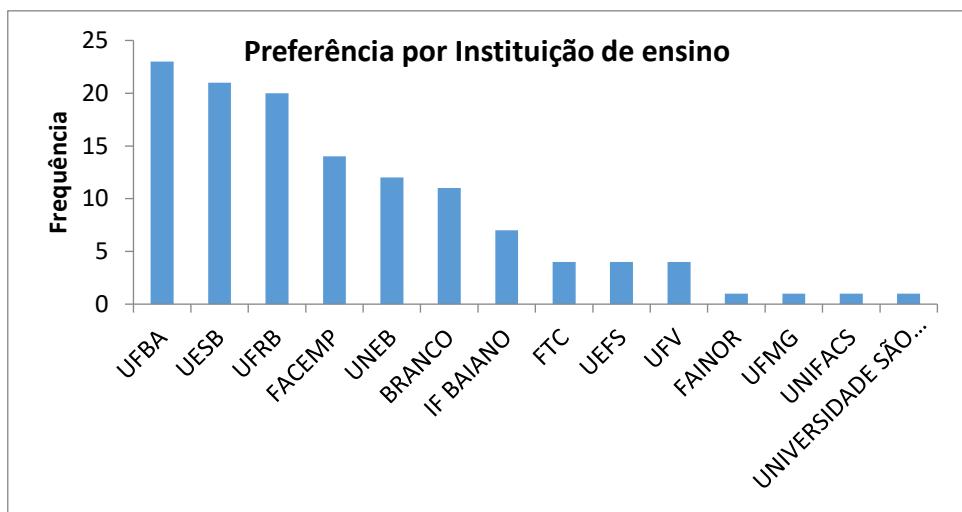


Fonte: Acervo dos autores (com base nos questionários aplicados)

Observa-se, dessa forma, que os cursos que registraram maior preferência foram os cursos de Informática e de Enfermagem. Biologia e direito empataram em terceiro lugar, fisioterapia e nutrição em quarto lugar. Alguns estudantes não sinalizaram o curso que gostariam de fazer e outros não elencaram opções válidas.

Os estudantes foram solicitados a sinalizar no questionário em qual(is) instituição(ões) pretendiam cursar a graduação. As respostas obtidas estão representadas no gráfico presente na Figura 26.

**Figura 26** - Universidades indicadas pelos estudantes entrevistados

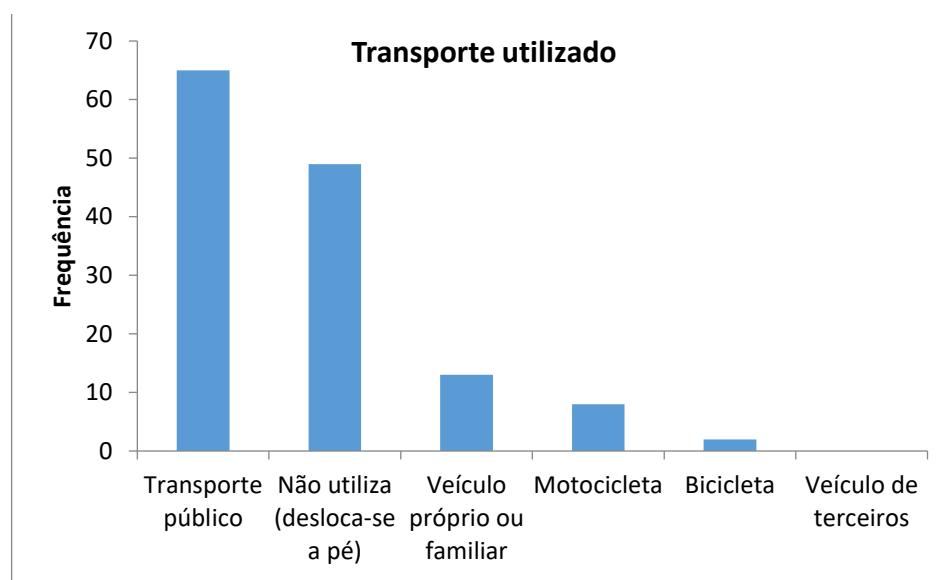


Fonte: Acervo dos autores (com base nos questionários aplicados)

A instituição mais citada foi a Universidade Federal da Bahia (UFBA), seguida da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Alguns alunos não opinaram sobre qual instituição pretendem fazer o curso de graduação.

Com relação ao meio de transporte utilizado: 42,2% dos estudantes declararam utilizar transporte público; ao passo que 31,8% afirmaram não utilizá-lo (deslocam-se a pé); 8,4% utilizam veículo próprio ou familiar; andam de motocicleta 5,2% e 1,3% deslocam-se de bicicleta (conforme ilustra a Figura 27).

**Figura 27** - Meios de transporte utilizados pelos estudantes entrevistados



Fonte: Acervo dos autores (com base nos questionários aplicados)

### 5.3 Gestores

Para esta classe de representantes da sociedade, foram aplicados sete questionários. Na opinião destes representantes, os maiores problemas se concentram nas áreas de saúde, saneamento básico, moradia e lazer.

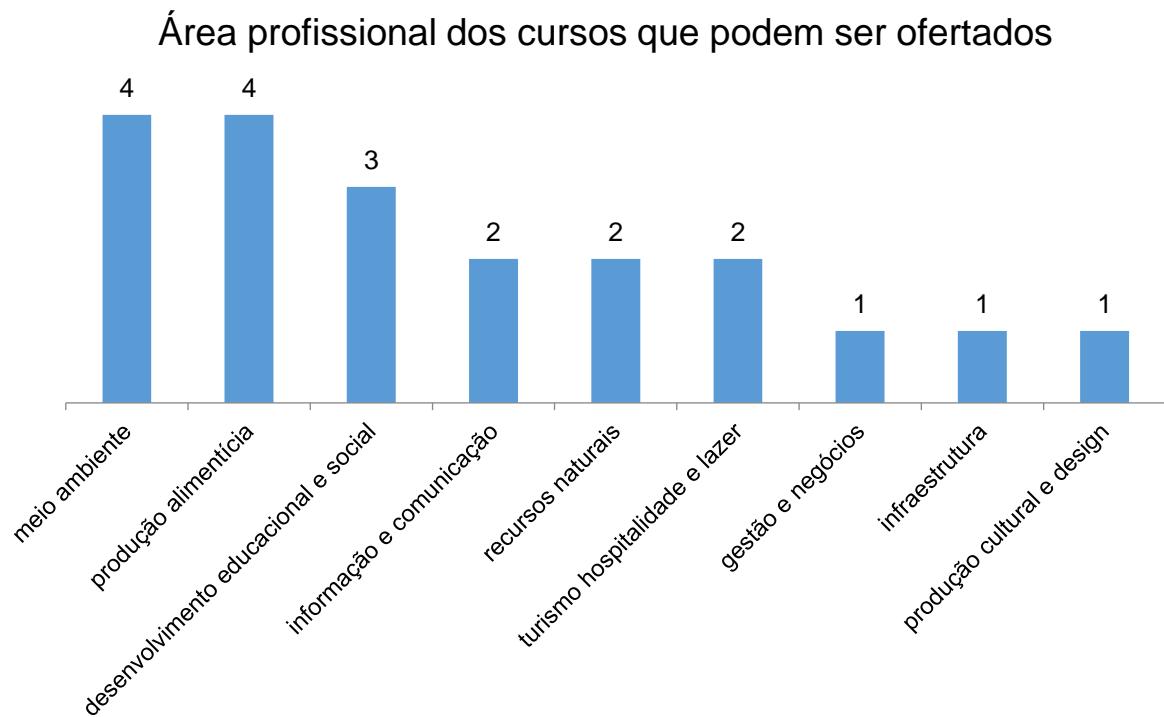
Os arranjos produtivos locais em funcionamento ou potenciais foram a agricultura familiar, o turismo rural, o artesanato, os subprodutos da mandioca, a produção de cacau, de banana e outros alimentos, a pecuária bovina, o cultivo de flores, a apicultura, a mineração, o comércio e o associativismo.

A necessidade maior para a economia local se desenvolver, na opinião dos representantes desse segmento da sociedade, é sem dúvida, o aporte de investimentos, o empreendedorismo, o associativismo e o cooperativismo.

Os setores que mais empregam, na visão dos gestores são: o setor público, a agricultura e o comércio.

Sobre os cursos que devem ser ofertados na região, os gestores apontaram as áreas de meio ambiente, produção alimentícia, desenvolvimento educacional e social, informação e comunicação e recursos naturais como sendo as prioritárias, como pode ser observado na Figura 28.

**Figura 28** – Gráfico que representa a opinião dos gestores sobre os cursos que devem ser ofertados



Fonte: acervo dos autores (com base nos questionários aplicados)

#### 5.4 Sociedade Civil Organizada

Foram entrevistados também Representantes da Sociedade Civil Organizada (nesta categoria foram quatro entrevistados) que indicaram a necessidade de cursos ligado as áreas de meio ambiente (3 indicações), desenvolvimento educacional e social (3 indicações), produção cultural e design (3 indicações), turismo, hospitalidade e lazer (3 indicações) gestão e negócios (2 indicações), infraestrutura (2 indicações), informação e comunicação (2 indicações), produção alimentícia (2 indicações), controle e processos industriais (2 indicações), militar (1 indicação) e produção industrial (1 indicação).

## 6 OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR

Uma parte considerável das vagas para cursos técnicos profissionalizantes de nível médio no território do Vale do Jiquiriçá é ofertada pelo Governo do Estado da Bahia através dos CETEP (Centros Territoriais de Educação Profissional) e das unidades compartilhadas em funcionamento em algumas Escolas estaduais, como demonstra a Tabela 5.

**Tabela 2 - Cursos técnicos oferecidos pela rede estadual na região do vale do Jiquiriçá**

Município	Eixo Tecnológico	Instituição	Cursos	Vagas	Matrículas	Matrículas (%)
Amargosa	Ambiente, saúde e segurança	CETEP	Técnico em Enfermagem	172	139	80,81
	Produção Alimentícia	CETEP	Saúde	400	151	37,7
	Recursos Naturais	CETEP	Técnico em Agroindústria	206	112	54,3
	Recursos Naturais	CETEP	Agroecologia	60	38	63,3
Maracás	Produção Alimentícia	CEEF	Técnico em Agricultura	180	121	67,2
	Recursos Naturais	CEP	Técnico em Agroindústria	201	176	87,6
	Recursos Naturais	CEP	Agroextrativismo	400	240	60,0
TOTALS				1619	977	60,3

Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP

Colégio Estadual Edilson Freire – CEEF

Colégio Estadual Pio XII - CEP

Fonte: (SUPROF, 2011).

O curso técnico com maior número de matrículas foi o de produção alimentícia, oferecido na cidade de Jaguaquara (com 87,6%), seguido do curso técnico em enfermagem (80,8%). Os demais cursos tiveram menos de 70% de matrículas com destaque para o curso técnico em saúde que teve uma grande oferta de vagas (400) com apenas 151 matrículas efetivadas (37,7%). Cabe ressaltar que o curso Técnico em Agroindústria oferecido em Amargosa teve um percentual de matrícula de 54,3%, ou seja, 33,3% menor do que em Jaguaquara, sendo que as ofertas de vagas foram de 206 e 201 respectivamente.

O eixo tecnológico que concentrou o maior número de vagas oferecidas foi recursos naturais (totalizando 640 vagas e 399 matrículas). Contudo, o que obteve maior percentual de matrículas efetivadas foi o eixo produção alimentícia (com 70,7%). O eixo tecnológico Ambiente saúde e segurança teve 49,3% de vagas ociosas.

Considerando apenas os cursos técnicos profissionalizantes ofertados pela rede Estadual de educação no território do vale do Jiquiriçá no ano de 2011, apresenta-se o panorama explanado na Tabela 6:

**Tabela 3** - Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional.

CURSO	PERCENTUAL DE VAGAS PREENCHIDAS
Técnico em Enfermagem	80,8%
Técnico em Agroindústria	70,8%
Técnico em Agricultura	67,2%
Técnico em Agroecologia	63,3%
Técnico em Agroextrativismo	60%
Técnico em Saúde	37,7%

Fonte: SUPROF (2011)

Desconsiderando-se a classificação por eixos tecnológicos para observar o atrativo de cada curso técnico ofertado, o curso técnico em enfermagem apresentou o maior percentual de vagas preenchidas (80,81%), superando o curso técnico em agroindústria (70,8% de vagas preenchidas). O curso Técnico em saúde, por sua vez, permanece em último lugar com o maior percentual de vagas ociosas.

Do total de 1619 vagas para cursos técnicos profissionalizantes ofertadas pela rede estadual, houve apenas 977 matrículas o que corresponde a 60,3% do total, ou seja, 39,7% de vagas ociosas.

Além dos cursos oferecidos pela rede Estadual, a cidade de Santa Inês conta com o Instituto Federal Baiano, o qual oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente (pós médio) e cursos superiores que suprem boa parte da demanda educacional da população da região. A instituição dispõe dos cursos técnicos integrados em Zootecnia, Agropecuária e Alimentos, um curso subsequente de Técnico em informática e cursos de licenciatura em Biologia e Geografia e o bacharelado em Zootecnia.

Algumas cidades do vale do Jiquiriçá contam com outros cursos de graduação, licenciaturas na sua totalidade, além daqueles ofertados pelo IF Baiano/ Campus Santa Inês. Estes cursos são ofertados por meio de convênios entre o programa governamental PARFOR (Plano Nacional de Formação de professores) e algumas universidades públicas. No Quadro 1 estão apresentados os cursos de Graduação ofertados no vale do Jiquiriçá.

**Tabela 4** - Cursos de Graduação no Vale do Jiquiriçá

Municípios	Instituição	Modalidade	Cursos
Santa Inês	Polo da UESB/ Plataforma Freire	Licenciatura	Pedagogia
Jaguaquara	Polo da UESB/ Plataforma Freire	Licenciatura	Pedagogia
Laje	Polo da UNEB/ Plataforma Freire	Licenciatura	Pedagogia
Cravolândia	Polo da UESB/ Plataforma Freire	Licenciatura	Pedagogia

Fonte: Acervo dos autores (com base nas informações prestadas pelas Secretarias de Educação da Região).

Esses cursos ofertados pela PARFOR são destinados a professores que atuam na rede pública de ensino básico, para que possam adquirir sua primeira licenciatura; e também para professores que tem licenciatura fora da área de atuação e para bacharéis em exercícios na educação básica para aquisição de uma formação pedagógica.

## 7 CORRELAÇÃO ENTRE OS VETORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS E OS CURSOS SUGERIDOS

O estudo aponta, entre outros fatores, para a necessidade de fortalecimento do agronegócio e da agricultura familiar como demanda vinculada às características sociais e às potencialidades econômicas do território do Vale do Jiquiriçá. No entanto, no campo do ensino, entende-se que esta demanda já vem sendo contemplada pelo IF Baiano/ *campus* Santa Inês com a oferta dos cursos Técnicos em Agropecuária, Zootecnia e Alimentos, integrados ao ensino médio, além do Bacharelado em Zootecnia, o qual busca atender à verticalização do ensino na área agrária.

Outro promissor potencial econômico da região, identificado neste estudo, está relacionado à exploração de minérios. Atualmente, detectou-se que a demanda por mão de obra especializada nesta área não tem sido atendida pelos cursos ofertados na região. Consequentemente, detectou-se também que a maior parte dos profissionais que atuam neste segmento é provinda de outras regiões, justamente, por não haver formação profissional adequada para esta área no território do Vale do Jiquiriçá (o que pode ser atribuído ao fato deste vetor de desenvolvimento ser, relativamente, novo na região considerada). Sendo assim, constata-se que se faz necessário considerar, futuramente, a possibilidade de se integrar cursos desta

natureza no leque de ofertas do IF Baiano/*Campus Santa Inês*, visando atender a esta demanda (alguns cursos sinalizados pelos representantes da sociedade entrevistados se relacionam, direta e/ou indiretamente, com esta atividade, tais como: Meio Ambiente, Infraestrutura, Segurança do Trabalho, Recursos Naturais, dentre outros).

De forma similar a mineração, o turismo, também detectado como um vetor de desenvolvimento econômico importante para a região, carece de cursos de formação profissional no território. Dessa forma, julga-se necessário prover a formação de mão de obra especializada nesta área, afim de promover o desenvolvimento setorial desta atividade nos Municípios da região, aprofundando o estudo das potencialidades turísticas regionais, buscando promover o aumento do fluxo de visitantes, inclusive, ampliando o seu período de permanência. O que, hipoteticamente, geraria, na região, um aumento significativo da empregabilidade e da renda ligadas a essa atividade econômica (inclusive, na opinião dos gestores, da Sociedade Civil Organizada e dos Empresários, este seria um dos cursos que deveriam ser ofertados afim de fortalecer a economia regional).

Este estudo também aponta para a oferta de um curso de graduação na área da Informática, já que foi o mais indicado pela classe estudantil em relação aos cursos de graduação que pretendiam cursar, além de ter sido um dos vetores econômicos detectados na região. Neste prisma, os cursos nas áreas da computação mais apropriados seriam aqueles ligados aos sistemas (tanto de hardware, como de software) voltadas para Internet, uma vez, que as empresas de TI que atuam no território concentram seus serviços nesta área da Informática (ressaltando que a demanda por profissionais com essa formação extrapola os limites regionais considerados neste estudo, sendo considerada, inclusive, como uma demanda de escala mundial).

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho de pesquisa teve como principal objetivo nortear a tomada de decisões em relação a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como, de nível superior (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos) no âmbito do IF Baiano/ *Campus Santa Inês*. Para tanto, se baseou em uma atividade prospectiva, por meio do qual obteve uma melhor compreensão sobre a realidade sócio econômica do território no qual o referido campus está inserido: o território do Vale do Jiquiriçá. Para

tanto, reuniu indicadores socioeconômicos e análises sobre os municípios pesquisados e de sua região de influência.

Sendo assim, os cursos mais apontados pela comunidade que se relacionam com os vetores de desenvolvimento econômico da região estão apresentados no Quadro 2, estando categorizados pelo nível de ensino e também pelo vetor de desenvolvimento correlacionados.

**Tabela 5** – Relação de Cursos mais indicados x Vetores de Desenvolvimento

Cursos	Nível/ Níveis	Vetor (es) de Desenvolvimento Econômico
<b>Informática</b>	Graduação	Tecnologia da Informação
<b>Meio Ambiente</b>	Graduação	Agronegócio, Turismo e Mineração
<b>Turismo</b>	Médio e/ou Graduação	Turismo
<b>Produção Alimentícia</b>	Graduação	Agronegócio
<b>Recursos Naturais</b>	Graduação	Agronegócio e Mineração
<b>Engenharia (Agronômica, Florestal, Ambiental, de Minas, etc)</b>	Graduação	Agronegócio e Mineração

Fonte: Acervo dos autores

De acordo com os dados auferidos e analisados neste estudo, estes são os cursos que, preferencialmente, devem ser ofertados no território em questão para suprir as demandas que foram detectadas. Deve-se levar em consideração que os níveis de ensino definidos para cada curso em questão, levam em consideração a oferta educacional apontada na sexta seção deste estudo, ou seja, àqueles cursos que já são ofertados na região em determinado nível, como é o caso dos cursos de Informática, Produção Alimentícia e Recursos Naturais, já são ofertados como profissionalizantes integrado ao ensino médio ou pós médio - portanto, deduz-se, que uma verticalização para o nível de graduação parece ser uma opção mais sensata para a oferta de novos cursos nestas áreas.

Alguns outros cursos que foram apontados, mas que não apresentam correlação direta com os vetores econômicos detectados, mas que, mesmo assim, devem ser considerados são àqueles relacionados ao setor de desenvolvimento educacional e social (área sinalizada tanto pela classe empresarial, como pelos gestores e também por alguns estudantes). Dentre estes, observou-se que os cursos de: Letras, Física, Educação Física, Matemática e História ainda não são ofertados pelas instituições públicas de ensino da região. Portanto, pondera-se que tais cursos

podem ser integrados na lista de opções de novos cursos a serem ofertados pelo IF Baiano/ campus Santa Inês, afim de suprir esta demanda específica.

Por fim, alguns outros cursos que foram apontados neste estudo que também não apresentam ligação direta com os vetores de desenvolvimento econômicos considerados, mas, que por outro lado, servem de suporte administrativo/logístico para os mesmos; são os cursos de administração, segurança do trabalho, infraestrutura, gestão e negócios, cultura e design, informação e comunicação, dentre outros; que, a título de sugestão, poderiam ser contemplados por meio da modalidade subsequente de ensino, bem como, pelo programa Pró-funcionário ou, ainda, pela modalidade de ensino a distância (EAD), que já vem atendendo a uma demanda e a uma expectativa da população neste sentido.

## REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. **O Atlas.** 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- BATISTA, Márcia Aguiar Nogueira. **Estudo de caso: JIQUIRIÇÁ – gestão participativa dos recursos hídricos da bacia do rio Jiquiriçá; os 25 Municípios da bacia do Jiquiriçá/BA** / Márcia Aguiar Nogueira Batista. Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Silva Arruda. - Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2003.
- IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santaines/>><sub>historico</sub>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2013.** Rio de Janeiro, 2014, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=contasregionais2013>>. Acesso em: 10 Out. 2017.
- IF Baiano. **Histórico.** Disponível em <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/historico/>>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB Resultados e Metas,** 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam>>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- LARGO RESOURCES. **Visão Geral.** Disponível em: <<http://www.largoresources.com/Portuguese/projetos/maracas/default.aspx>>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- MARTINS, Leonardo. **Bahia inicia elaboração de Política de Mineração.** Salvador, 2017. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/2017/07/3506/Bahia-inicia-elaboracao-de-Politica-de-Mineracao.html>>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- PNUD. **Valores e Desenvolvimento Humano.** Brasília, 2010: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: 318 p. 2010.
- SEPLAN – Secretaria do Planejamento. **Territórios de Identidade.** Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 31 Out. 2017.
- SIT- Sistemas de Informações Territoriais. **Perfil Territorial.** 2015. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_188\\_Vale%20do%20Jiquiri%C3%A7%C2%A7%C3%A8%C2%A1%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_188_Vale%20do%20Jiquiri%C3%A7%C2%A7%C3%A8%C2%A1%20-%20BA.pdf)>. Acesso em: 31 de Out. 2017.
- SUPROF. **Educação Profissional da Bahia.** 2011. Disponível em: <<http://geo.dieese.org.br/suprof/vagas.php>>. Acesso em: 31 Out. 2017.

TEIXEIRA, Francisco L. Cruz; SOUSA, Vanderlei Araújo. **Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: Uma Visão a Partir do Emprego e dos Territórios de Identidade.** Documentos Técnico-Científicos. Volume 42 | Nº 04 | Outubro - Dezembro | 2011. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1264.](https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1264.)> Acesso em: 31 Out. 2017.

## **ANEXO**